Edelberto Augusto Gomes Lima.

BREVE SOBREVOO NA HISTÓRIA DA ESCOLHA DA CAPITAL DE MINAS GERAIS - DE 1720 A 1901.

PRAÇA TIRADENTES EM OURO PRETO.

‘História é o passado retornando à superfície, o que permanece na escuridão do tempo, se perde na eternidade. (Edelberto Lima).

A história é uma fonte de aprendizado, desde que se saiba interpretá-la corretamente. O saber antecipado evita a experiência negativa e torna prazerosa a positiva (Edelberto Lima).

“O primeiro dever do historiador é não trair a verdade, não calar a verdade, não ser suspeito de parcialidades ou rancores.” (Cícero) –

A história é emula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro.” (Miguel Cervantes) –

MARÇO 2025.

INTRODUÇÃO.

Resolvi juntar em um livro, a palestra que fiz no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), mas acrescentei diversas outras matérias vinculadas com o título do livro.

No final trouxe à baila algumas passagens do cotidiano do povo de Belo Horizonte, por volta de 1894, quando se estava construindo a nova capital, além de passagens da vida do grande cronista daquela época, Alfredo Camarate, e de notas biográficas de Abílio Barreto, que, em um de seus livros, conta a história da fundação de Curral Del Rei.

Há ainda, discordando de Abílio Barreto, artigo do historiador Waldemar de Almeida Barbosa, o qual intitulei "Teria Borba Gato fundado Curral Del Rei?

Ambos os historiadores, já falecidos, foram membros do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. (Órgão que pertenço desde o dia 28.05.202.

Quando da desapropriação de imóveis e terrenos de Belo Horizonte para se construir a nova capital, os conflitos daí surgidos nas narrações de Alfredo Camarate e Abílio Barreto.

Noticio alguns pronunciamentos a favor de Barbacena, Várzea do Marçal, Ouro Preto, Belo Horizonte e Juiz de Fora.

Divulgo, mais um vez, a íntegra do pronunciamento do pratiano Dr. José Pedro Drummond, decisivo para a escolha da nova capital, após o local ter sido preterido nas duas primeiras votações, sendo escolhido na terceira e última por 30 votos, contra 28 dados ao vencedor das duas primeiras votações.

Cito os nomes completos dos trinta congressistas que votaram a favor da localidade vencedora.

Há ainda, entre inúmeras outras matérias, história das construções das estações ferroviárias de Belo Horizonte e General Carneiro.

Embora fuja do tema central, trago à baila uma breve história da fundação da sede do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).

A partir da página 101, apresento um SUMÁRIO, a fim de facilitar o encontro das matérias.

AS MATÉRIAS.

BREVE SOBREVOO NA HISTÓRIA DA ESCOLHA DA CAPITAL DE MINAS GERAIS - DE 1720 A 1901.

AS DUAS PRIMEIRAS CAPITAIS.

Mariana, em 1712, foi a primeira capital da Provincia de Minas Gerais. Em 1720, foi oficializada Vila Rica como a capital.

Salomão de Vasconcellos, ex-membro do IHGMG (Já falecido) trouxe uma interessante notícia sobre as origens de Mariana e Ouro Preto. Diz ele:

"Mariana, o território, foi inegavelmente descoberto em 1696; está na história. Existe todavia, na Cúria Metropolitana, uma certidão de batismo, extraída do curato de Camargos, datada de 1690! Seis anos antes!

Ouro Prêto foi descoberto, se a história está certa, em 1698. E um livro da Irmandade Rosário, datado de 1715, afirma que trinta anos antes dêsse livro já existia ali essa Irmandade, ou seja em 1685, portanto treze anos antes da descoberta de Ouro Prêto!"

LOCAIS SUGERIDOS PARA SEREM A NOVA CAPITAL, DE 1720 A 1889.

A parir 1720, diversos locais foram cogitados para serem a capital, como se demonstra na sequência a seguir:

1720 – Quando a capital era em Ribeirão do Carmo (Atual cidade de Mariana) o Conde de Assumar propôs ao Rei a mudança para Cachoeira do Campo.

1721 - Já instalada a capital em Vila Rica (Atual cidade de Ouro Preto), o então Governador D. Lourenço de Almeida, pensava não ser a solução definitiva, em face da topografia e difíceis condições de vida e de comunicação.

1789 – Os Inconfidentes sugeriam a mudança da capital de Ouro Preto para São João Del Rei.

1833/1834 – Cogitou-se a mudança para Mariana ou São João Del Rei.

1836 - a Assembleia Provincial ventilou sobre a necessidade da mudança da capital de Ouro Preto para outro lugar.

1867 - A Assembleia Provincial aprovou a mudança para Jequitibá, nas margens do Rio das Velhas e/ou entre Jequitibá e a vila de Guacui.

Contudo, o Presidente da província de então, vetou a lei, tendo a Assembleia Provincial, sem sucesso, tentado derrubar o veto.

1889 –Em 18 de novembro desse ano, no alvorecer da era republicana, o Vice-Presidente da Câmara de São João Del Rei solicitou ao Presidente do Estado a mudança para aquela localidade.

A HISTÓRIA DA MUDANÇA DEFINITIVA.

CURRAL DEL REI, NOMES SUGERIDOS PARA TROCÁ-LO.

1889 -Nesse ano, em reunião Clube Republicano, foram sugeridos os seguintes nomes, em substituição ao de Curral Del Rei:

TERRA NOVA - SOUZA CRUZ, NOVA FLORESTA, CRUZEIRO DO SUL E NOVO HORIZONTE.

Por maioria, foi escolhida a denominação de Novo Horizonte que, apresentada a João Pinheiro da Silva, a rejeitou por considera-la inexpressiva.

JOÃO PINHEIRO ESCOLHE OUTRO NOME.

No dia 12 de abril de 1890, antes mesmo do Congresso Constituinte Mineiro deliberar sobre a mudança da capital, Curral Del Rei, através do decreto nº 36, assinado pelo Presidente do Estado Dr. JOÃO PINHEIRO DA SILVA, passou a denominar-se Belo Horizonte, a pedido do povo de Sabará.

1890 – Mas já nesse ano, a ideia da mudança da capital ganhou força fortalecida pela implantação pela implantação da república, tendo Carlindo Lellis (Patrono da Cadeira nº 12 da Academia Mineira de Letras) escrito na ocasião:

"Os republicanos instalados no Governo Federal desejavam a mudança da capital para o centro geográfico do Estado, não somente para desenvolver Minas política e economicamente, mas também porque Ouro Preto, além de não oferecer condições adequadas face o seu relevo acidentado, guardava em sua história as marcas de um passado de dominação portuguesa, da qual se queria distanciar"

Nessa época, surgiram novas localidades, tais como: Belo Horizonte, Lagoa Santa, Quinta do Sumidouro, Fazenda da Jaguara, Barra do Jequitibá, Sete Lagoas, Fazenda do Campo Alegre, Matozinhos e Juiz de Fora.

Também se cogitou os nomes de Catas Altas do Mato Dentro, Santa Bárbara do Mato Dentro, São Francisco (Distrito de Santa Babara), Serra do Caraça, Planalto do Pium-I e Vale do Rio Doce.

A partir de 27 de novembro de 1893, por falta de clima em Ouro Preto, o Congresso Mineiro, formado por senadores e deputados, se reuniu em Barbacena para escolher, entre as localidades determinadas pelo Congresso Constituinte, a nova capital.

Por 35 contra 34 votos, inclui-se na Constituição Mineira um artigo que dispôs sobre a mudança.

As candidatas à sucessão apresentaram-se: Juiz de Fora, Barbacena, Santa Bárbara e uma infinidade de pequenas vilas.

Todo lugarzinho encarapitado num planalto formoso, com boa água e bom clima, tornou-se virtual concorrente à posse das insígnias que se iam arrebatar à ilustre Vila Rica, onde outrora retumbavam hinos...

A Constituição estadual descartou todas as outras localidades e se concentrou nas cinco adiante citadas.

A lei adicional à Constituição estadual de nº 1, de 28.10.1891, determinou:

O Presidente do Estado mandará com urgência, por uma ou mais comissões de sua livre nomeação, proceder a estudos nos seguintes lugares, para dentre eles ser escolhido um para o qual seja mudada a Capital do Estado: Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora.

Paço do Congresso Legislativo do Estado de Minas Gerais, em Ouro Preto, aos 28 de outubro de 1891.

Chrispim Jacques Bias Fortes

Octavio Ottoni

João Gomes Rebello Horta

Dr. Carlos Ferreira Alves

Manoel José da Silva

Empossado a 14 de julho de 1892, o Presidente do Estado Afonso Pena executou imediatamente a lei adicional nº 1, nomeando o engenheiro Aarão Reis para organizar e dirigir a comissão das localidades indicadas e cujo relatório deveria ser apresentado ao Congresso, em 1893.

A COMISSÃO FOI COMPOSTA DOS SEGUINTES PROISSIONAIS.

O dr. José Carvalho de Almeida, a Várzea do Marçal; o dr. Samuel Gomes Pereira, o arraial de Belo Horizonte; o dr. Manuel da Silva Couto, a cidade de Barbacena; o dr. Eugênio de Barros Raja Gabaglia, a cidade de Juiz de Fora; o dr. Luiz Martinho de Morais, a Paraúna. Para higienista geral foi nomeado o dr. José Ricardo Pires de Almeida e contratou um desenhista, um auxiliar administrativo, 5 auxiliares técnicos e um auxiliar de escrita.

APRESENTADO O RELATÓRIO DA COMISSÃO.

Em junho de 1893, Aarão Reis apresentou ao Govêrno o relatório no qual se concluía ser difícil a escolha entre Belo Horizonte e Várzea do Marçal, mas opinando favoravelmente pela escolha desta última localidade, por oferecer melhores condições econômicas.

RESTRIÇÃO A BELO HORIZONTE.

Ventilou-se na época que o Palácio do Governo mantinha uma certa preferência por Belo Horizonte, razão pela qual começaram a surgir as restrições a seguir, combatida por Dr. José Pedro Drummond, natural de São Domingos do Prata, que decidiu conferir pessoalmente.

UMA DAS RESTRIÇÕES A BELO HORIZONTE SERIA A DE POSSUIR UM ELEVADO NÚMERO DE PAPUDOS (BÓCIO).

O senador e médico dr. José Pedro Drumond, em um dos trechos de seus pronunciamento no Congresso Mineiro, após visitar Belho Horizonte, concluiu:

"(...) Eu, depois que examinei esta questão, e que resolvi dar meu voto pelo Belo Horizonte, tratei de indagar se somente ali havia papudos, embora na pequena porcentagem por mim observada, e tenho verificado a sua existência em toda a parte.

Sr. Presidente, o clima de Barbacena, por exemplo, é o clima apontado como um dos melhores do Estado de Minas, ninguém pode contestar; e no entanto, nestes poucos dias que aqui estou, já vi nove papudos na cidade. (..)

Eu apelo para os ilustres congressistas, que me digam se em suas localidades não existe um ou outro indivíduo com bócio?"

RESTRIÇÃO A OURO PRETO, SEGUNDO CAMILO LELLIS.

"(..)Os republicanos instalados no Governo Federal desejavam a mudança da capital para o centro geográfico do Estado, não somente para desenvolver Minas política e economicamente, mas também porque Ouro Preto, além de não oferecer condições adequadas face o seu relevo acidentado, guardava em sua história e arquitetura as marcas de um passado de dominação portuguesa, do qual se desejava distanciar(..)"

RESTRIÇÕES A JUIZ DE FORA E PARAÚNA NA OPINIÃO DO DEPUTADO CAMILLO PHILINTO PRATES:

"Juiz de Fora é a cidade conquistada aos pântanos do Paraibuna, onde o paludismo reina sem contraste; Paraúna é carregado de múltiplas espécies nosológicas (doenças) que, no dizer do higienista, muito prejudicariam à formação de uma cidade como desejamos para Capital de Minas."

RESTRIÇÕES A VÁRZEA DO MARÇAL E BELO HORIZONTE NA VISÃO DE CAMILLO PHILINTO PRATES – DEPUTADO.

"Quanto à escolha do lugar, declaro, de plano, que o parecer técnico deixou-me mais duvidoso do que estava antes de o ler.

Os dois lugares – Belo Horizonte e Várzea do Marçal – que disputam, no dizer do chefe da comissão técnica, a preferência, são – o primeiro infectado endemicamente pelo bócio e cretinismo, e o segundo um vasto pântano, com lençol d'água a um metro de profundidade e, de mais a mais, alagado pelas enchentes dos rios que o circundam."

ALGUNS PRONUNCIAMENTOS A FAVOR DE BARBACENA – VÁRZEA DO MARÇAL, BELO HORIZONTE, PORQUE OURO PRETO DEVERIA CONTINUAR A SER A CAPITAL E JUIZ DE FORA.

BARBACENA. PRONUNCIAMENTO DE CAMILLO PHILINTO PRATES – DEPUTADO.

"(...) Só Barbacena tem um bom clima e com as condições de saúde desejável e ordenada na Constituição.

Mas diz o chefe da comissão técnica, não pode ser abastecida de água potável, senão com fabulosas despesas, o que aliás não é proibido pela disposição constitucional que não limitou crédito"

OURO PRETO –

TRECHO DO PRONUNCIAMENTO DO SENADOR JOSÉ PEDRO XAVIER DA VEIGA EM DEFESA DE OURO PRETO.

"(..) É a resultante lógica, é a resultante fatal da adoção deste projeto lamentável, conforme ele se acha concebido! Tudo ruirá ali, tudo se desmoronará! Nem sequer ficará, talvez, ereto seu pedestal de granito, o monumento colossal erguido pela justiça e pela gratidão do Congresso Mineiro ao protomártir da liberdade nacional, no mesmo lugar em que sua cabeça esteve exposta em um poste infame, por ignominiosa sentença da tirania colonial.

Tudo se derrocará, sr. Presidente, mas alguma coisa há de ficar. Hão de ficar as ruinas, as vastas ruinas daquela terra de tradições e de glórias, que se pretende transformar em lúgubre necrópole, simbolizando, no seu silêncio desolador, um protesto perpétuo contra esta obra de injustiça e de ingratidão, de devastação e de iniquidade, verdadeiro matricídio político que há de comover as gerações por virem! (Apoiados e muito bem dos srs. C. Sena e C. de Britto).

Ficarão as ruinas, srs. ... e sobre esse venerando esqueleto do velho e glorioso Ouro Preto há de a história, a história que não tem paixões e que não tem interesses, a não ser a paixão da justiça e o interesse da verdade, há de a história estender o manto estrelado de sua consagração – homenagem perene que fulgirá (Abrilhantará, distinguirá) através dos séculos! (Muito bem! O orador é felicitado por muitos srs, congressistas e espectadores)."

OUTRAS RAZÕES APRESENTADA POR JOSÉ PEDRO XAVIER – SENADOR.

"(...) o estado de Minas Gerais na época, tinha questões de limites com a Bahia, Goiás, Espirito Santo, Rio de Janeiro e, especialmente, com São Paulo e com este, nas palavras do senador, a questão era muito séria e poderia, no futuro, torna-se gravíssima e este era um, entre outros, dos motivos por que era contra a mudança da capital."

"(..)Sr. Presidente, há cerca de 350 funcionários (De todas as categorias), residentes em Ouro Preto e que terão de ser transferidos para o novo lugar designado para a Capital.

Estes 350 funcionários representam aproximadamente, não menos de 350 famílias! Pergunto a consciência de meus nobres colegas do Congresso: há no Estado de Minas Gerais uma única cidade, mesmo a mais adiantada e a maior delas, em que se possam obter de repente 300 casas para residência dessas famílias? E o prédios para repartições públicas, para as câmaras legislativas, para residência do Presidente? E quarteis e tantas outras necessidades de uma capital, mesmo que ela seja provisória?"

BELO HORIZONTE – JORNAL "O CONTEMPORÂNEO".

O notável pronunciamento do senador estadual Dr. José Pedro Drummond favorável a Belo Horizonte, está transcrito às folhas 64, mas antes vou publicar uma notícia do jornal "O Contemporâneo":

"(...) Belo Horizonte está fadado a ser uma enorme e elegantíssima cidade, não só pela sua posição topográfica, como pelo seu magnifico clima e água em abundância e adjacências fertilíssimas ocupadas por muitas madeiras de primeira qualidade.

A grande quantidade de ferro superior, que quase constitui a massa total das montanhas, que, além de serem fonte de suas águas, dão ao terreno uma fraca inclinação que vai desaparecer nos ribeirões que cortam transversamente aquela localidade, admiraram

ao sábio mineralógico dr. H. Gorceix, que sintetizou aquilo nesta única expressão:

"Que riqueza!

Belo Horizonte, pois, se oferece como melhor local para a capital de Minas, pela sua posição à margem do Rio das Velhas e pela proximidade de SABARÁ, que é ligada ao Rio de Janeiro pela estrada Central (grifos meus).

O Rio das Velhas oferece uma extensão de 125 léguas navegáveis até a sua foz, na sua confluência com o de São Francisco, que constitui uma rede íntima de comunicações com o norte futurosíssimo do Estado (...)."

VÁRZEA DO MARÇAL – SEVERIANO DE REZENDE – DEPUTADO. (SEVERIANO NUNES CARDOSO DE REZENDE).

"(..) Em vista do relatório por ela apresentado à comissão especial, eleita pelo Congresso, foi organizado o projeto, que hoje se debate. E esse projeto, baseado no estudo refletido, imparcial e esclarecido, assinala, para estabelecimento da nova capital, a Várzea do Marçal. Mais uma vez se confirma a letra do evangelho: "Os últimos serão os primeiros."

"(...)Na realidade, sr. Presidente, não era necessário o exame, o estudo e análise dos relatórios apresentados pelos engenheiros encarregados de estudarem as diversas localidades, para se conhecer que a Várzea do Marçal congrega condições excepcionais, reúne elementos que com justiça a colocam em 1º lugar entre todos os outros pontos indicados para fundação da nova capital(..)"

VÁRZEA DO MARÇAL – AUGUSTO CLEMENTINO DA SILVA – DEPUTADO.

"A Várzea do Marçal pertence a dois municípios: parte ao de São João Del Rei e parte ao de São José Del Rei, hoje Tiradentes; e, nestas

condições, pergunto, se a Capital for levada para lá, a que município pertencerá? Pertencerá de um lado ao de São João Del Rei e de outro ao de São José ou Tiradentes?".

UM ARTIGO PUBLICADO POR CIRO DOS ANJOS EM 1957 A FAVOR DE VÁRZEA DO MARÇAL E CONTRA BELO HORIZONTE, MAS FAZ MENÇÃO A ATUAÇÃO DO DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND.

"(..) Várzea do Marçal era uma pretendente perigosa: servida pela E.F. Oeste de Minas, oferecendo condições econômicas excepcionalmente favoráveis e possuindo também clima saudável, facilmente poderia tornar-se grande cidade, própria para capital.

(...) Seria hábil, talvez, apoiar Belo Horizonte, arraial pobre, longínquo, sem estrada de ferro, desprovido de recursos onde jamais se poderia construir a metrópole, dentro do estreito prazo de quatro anos, estabelecido pela Constituição.

Ora, do outro lado, um homem esperto observava os antimudancistas.

Era o deputado José Pedro Drummond, partidário de Belo Horizonte, que ainda nutria esperanças no êxito de sua causa.

Que fez Drummond, pressentindo o eventual apoio dos antimudancistas?

Consegue, espetacularmente reabrir, no Congresso, o problema de localização, e obtém uma estrondosa vitória para Belo Horizonte.

Os antimudancistas jogaram a partida no desespero e perderam-na.

Aquele arraialzinho a que apelidavam "Papudópolis", "Cretinópolis", "Poeirópolis" e "Formigópolis" tornou-se a capital de Minas pela energia de Afonso Pena que, com rapidez incrível, fez instalar, ali, uma Comissão Construtora, dirigida pelo grande técnico que foi Aarão Reis..."

FAVORÁVEL A JUIZ DE FORA – VIRGILIO M. DE MELLO FRANCO. SENADOR.

Sr. Presidente, há uma outra questão importante e subordinada a esta. É a do saber se mudança da capital pode ser decretada para um terreno despovoado, ou se deve ser para uma cidade já feita (..).

(...) Neste sentido ou prefira Juiz de Fóra, se tivéssemos que escolher uma cidade já feita e civilizada. Era a que melhor se prestava, se se reconhecesse como imprescindível a mudança da capital de Minas.

Se essa necessidade é realmente indispensável, nesse caso deveríamos transferir principalmente para a cidade, deve-se preferir a que estiver mais próxima do litoral.

Neste caso nenhuma melhor do que Juiz de Fóra. E quando se reconhecesse que o clima daquela cidade não se prestava para a fundação e desenvolvimento de uma grande população, o que não era provável, então estava perfeitamente indicada a escolha de Barbacena.

A meu ver, Juiz de Fóra satisfazia bem as condições, por ser uma cidade industrial, uma cidade importante, uma cidade próspera, civilizada e rica, que faz inveja a todas as mais do Estado e poderia, com grande vantagem, ser a sede do Governo do Estado. (...).”

SINTESE DO QUE O CONGRESSO MINEIRO REUNIDO EM BARBACENA DECIDIU.

Em 22.11.1893, o Congresso Mineiro, instalado provisoriamente em Barbacena, começou a funcionar, em sessões extraordinárias, com a missão de escolher a nova capital.

Na primeira sessão, o deputado Francisco Antônio de Salles relator do primeiro parecer, sugeriu, com base na conclusão da Comissão dos técnicos, que Várzea do Marçal fosse o local escolhido.

O parecer da Comissão técnica, chefiada pelo engenheiro Aarão Reis, foi duramente criticado, em diversas de suas conclusões, no decorrer dos debates.

O DEBATE PRELIMINAR.

Congressistas representando os interesses de Ouro Preto, vendo que no mérito a matéria estava decidida pela necessidade de se escolher uma nova capital, apegaram-se, inteligentemente, em suscitar, amparados até em pareceres de juristas da época, UMA PRELIMINAR DE CADUCIDADE, ao argumento, em síntese, e que se até a segunda sessão não ficasse definida a escolha da capital, ocorreria a decadência.

Eles foram buscar fundamentos quanto a caducidade no art. 13, das Disposições Transitórias da Constituição estadual de 1891, por não ter sido cumprida a disposição do § 3º do mesmo artigo, a seguir transcritos:

Art. 13 – É decretada a mudança da Capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade.

§ 1º - Encetada a 1ª sessão ordinária, reunidas as duas câmaras em Congresso, este determinará quais os pontos que devam ser estudados e bem assim nomeará ou requisitará do presidente do Estado a nomeação de uma ou mais comissões e profissionais, de modo que estudos completos sobre os pontos indicados sejam presentes ao Congresso no primeiro dia de sua segunda sessão ordinária. $ 2º - .....

§ 3º - Durante a 2ª sessão ordinária, reunidas as duas câmaras em Congresso, este, à vista dos estudos, determinará o ponto para onde se fará a mudança e essa lei fará parte da presente Constituição.

Como não houve na 2ª sessão ordinária a escolha do local para a nova capital, os antimudancistas apegaram nessa tese, para alegar a caducidade da matéria.

Após longos debates, cada parte se agasalhando em pareceres de juristas, a preliminar restou vencida e seguiu-se as votações para a escolha da nova capital.

NOTA: Os debates, na integra, estão transcritos no livro "1893 – Sessões do Congresso Mineiro para escolha da nova capital", disponível no google na galeria Edelberto.

1893 – Em dezembro desse ano, após Várzea do Marçal ter sido a escolhida por ampla maioria nas duas primeiras votações, foi realizada a 3ª e última, na qual houve, entre outros, participação decisiva do senador estadual, natural de São Domingos do Prata, Dr. Pedro Drummond.

Belo Horizonte (Então distrito de Sabará) saiu vencedora pelo placar de 30 votos contra 28 dados a Várzea do Marçal.

Sobre a participação de senador Dr. José Pedro Drummond, escreveu Abílio Barreto, membro do IHGMG:

"Proferiu notável discurso, constantemente apartado, e que impressionou fortemente a assembleia, pela firmeza dos argumentos, pondo em confronto Várzea do Marçal e Belo Horizonte, para concluir pela indiscutível vantagem de Belo Horizonte."

Em 15.12.1893, ainda se tentou, sem qualquer previsão legal, uma 4ª votação, mas ela foi rejeitada.

Em 17.12. 1893, se realiza a última sessão com a promulgação da lei Adicional nº 3, que em seu artigo 1º dispunha:

Art. 1º - Fica designado o Belo Horizonte para aí se construir a capital do estado".

O artigo segundo dessa lei a seguir transcrito, já determinou os primeiros PLANEJAMENTOS.

OS PRIMEIROS PLANEJAMENTOS.

Já os artigos 2ºao 8º da mencionada lei, determinavam:

Art. 2º - Fica o governo autorizado:

1º - a mandar organizar o plano definitivo da nova cidade sob as seguintes bases:

a) Divisão do terreno em lotes destinados a edificações urbanas, a quintas ou chácaras, com determinação dos preços de cada categoria, atendendo a sua colocação, proximidade do centro da cidade e outras condições que possam influir no respectivo valor.

b) Determinação dos terrenos que devem ser reservados para edifícios públicos do Estado, ou da União e municipalidade, praças, jardins, passeios públicos, mercados, estações de estradas de ferro e tramways (bondes), casas de caridade, hospitais, templos e cemitérios.

2º - a proceder a desapropriação dos terrenos particulares compreendidos na planta que for aprovada.

3º - a estabelecer em regulamento os planos, condições higiênicas e arquitetônicas que devem presidir as edificações, assim como tempo e modo das concessões.

4º - a mandar proceder o orçamento dos edifícios públicos necessários que serão feitos por administração, ou cedidos a particulares ou empresas, mediante concorrência, conforme julgar mais conveniente aos interesses do Estado.

5ª – a conceder a particulares ou empresas favores para o serviço de iluminação, abastecimento d'água, esgotos e viação

urbana, sujeitando-os à aprovação do Congresso, ou a realizar esse serviço por administração.

6º - a estipular, nas concessões que fizer, condições para promover construções de casas destinadas aos empregados públicos de que trata o n.7 do art. 2º, de modo a facilitar-lhes o pagamento em prestações, que poderão ser deduzidas de seus vencimentos, se o requererem.

Igualmente promoverá a construção de casas em condições higiênicas e de aluguel barato para operários.

7º - a conceder aos atuais funcionários que por lei têm residência obrigatória na capital, que o requererem, um lote para construção de casa ou chácara, antes de serem postos em hasta pública.

8º - a conceder, a título gratuito, aos atuais proprietários de casas em Ouro Preto, situadas no perímetro para cobrança do imposto predial, um lote correspondente a área edificada e habitada que possuírem, se o requererem de conformidade com o regulamento.

Se esta área for inferior à exigida para edificações segundo a planta aprovada, o proprietário deverá completá-la adquirindo o terreno necessário, que lhe será concedido pelo preço mínimo estabelecido no regulamento.

Art. 3º - As concessões de lotes gratuitos, ou a título de compra, são todas com a cláusula de fazerem os concessionários as edificações dentro de um prazo razoável, que será determinado em regulamento e não excedente de 2 anos além do prazo estabelecido no art. 6º.

Quando não se verifique esta condição, caducará a concessão, revertendo o lote ao domínio do Estado sem indenização.

Se houver, porém, benfeitorias, serão estas vendidas em hasta pública, e o produto da venda pertencerá a quem de direito, deduzidas as despesas de arrematação.

Art. 4º - É lícito aos concessionários de lotes gratuitos cedê-los sob as mesmas condições com que os possuem.

Art.5º - Para ocorrer às despesas com a execução desta lei, fica aberto ao governo, desde já, um crédito de cinco mil contos de réis, podendo lançar mão dos saldos da receita, ou fazer as operações de crédito necessárias não excedendo o juro de 6% ao ano.

Não sendo suficiente esse crédito, poderá o Presidente do Estado abrir créditos suplementares que forem necessários, sujeitando-os à aprovação do Congresso.

Art. 6º - Fica determinado o prazo máximo de (4) quatro anos para definitiva transferência do Governo para a nova Capital, podendo, porém, o Presidente do Estado transferir provisoriamente desde já, a sede do Governo para qualquer ponto do Estado, se o interesse público o exigir.

Art. 7º - São declaradas sem efeito algum quaisquer concessões de terras ou preferências estipuladas para edificações, feitas até esta data, que tenham relação com a construção da nova Capital.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das comissões, 26 de julho de 1893. João Nepomuceno Kubstickeck – Francisco Salles – relator – Eduardo Pimentel – Carlos Alves, presidente da comissão – Octávio Ottoni. – Manoel Eustachio Martins de Andrade.

DESAPROPRIÇOES.1894 –

Através do decreto nº 712, de 14 de maio do mesmo ano, foi autorizada a desapropriação de todos os terrenos, prédios e benfeitorias do distrito de Belo Horizonte, município de Sabará, que

se achavam compreendidos em uma planta previamente aprovada pela comissão de estudos das localidades indicadas para capital do Estado.

NOTA: Veja, a partir da página, 58, os conflitos daí advindos.

DESLIGA DO TERRITÓRIO DE SABARÁ.

Ainda em 1894, através do decreto nº 716, de 05 de junho, assinado por Afonso Pena (Afonso Augusto Moreira Penna), então Presidente do Estado, ficou desligado do município de Sabará, o território do distrito de Belo Horizonte, ex- Curral Del Rei.

CIDADE DE MINAS. 1897 –

Em 12 de dezembro de 1897, através do decreto nº 1085, do Presidente do Estado, Chrispim Jacques Bias Fortes, é declarada instalada a CIDADE DE MINAS e para ela é transferida de Ouro Preto, a sede dos Poderes Púbicos do Estado de Minas Gerais.

NOME DEFINITIVO. 1901 – Em 1º de julho de 1901, através da lei nº 302, mudou-se, definitivamente, o nome da nova capital de Cidade de Minas, para BELO HORIZONTE.

NOTA: A íntegra das sessões do Congresso mineiro está transcrita no livro "1893 – Sessões do Congresso Minieuro para Escolha na nova capital de Minas Gerias." e a dos pronunciamentos do Dr. José Pedro Drummond, no livro "Fragmentos da história de Minas Gerais", a partir da página 50. A ambos livros disponibilizados na google na galeria Edelberto.

CONGRESSISTAS QUE VOTARAM A FAVOR DE BELO HORIZONTE.

1 -ÁLVARO DA MATTA MACHADO – Senador.

2 -ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADE – Senador.

3 -ANTÔNIO MARTINS FERREIRA DA SILVA – Senador.

4 -AUGUSTO CLEMENTINO DA SILVA – Deputado.

5 -AUGUSTO GONÇALVES DE SOUZA MOREIRA – Deputado.

6 -BERNARDINO AUGUSTO DE LIMA – Deputado.

7 -CAMILLO AUGUSTO MARIA DE BRITTO - Senador.

8 -CARLOS DA SILVA FORTES – Deputado.

9 -CARLOS FERREIRA ALVES – Senador.

10 -CHISPIM JACQUES BIAS FORTES - Presidente do Congresso.

11 -EUGÊNO SIMPLÍCIO DE SALLES – Deputado.

12 -FRANCISCO DE PAULA ROCHA LAGOA – Senador.

13 -FREDERICO AUGUSTO ÁLVARES DA SILVA – Senador

14 -HENRIQUE AUGUSTO DE OLIVEIRA DINIZ – Deputado.

15 -JOÃO GOMES REBELLO HORTA - Senador.

16 -JOÃO LUIZ DE ALMEIDA E SILVA – Deputado.

17 -JOÃO NEPOMUCENO KUBITSCHECK – Senador.

18 -JOAQUIM CÂNDIDO DA COSTA SENA – Senador.

19 -JOSÉ PEDRO DRUMMOND - Senador.

20 -JOSÉ PEDRO XAVIER DA VEIGA – Senador.

21 -JOSÉ TAVARES DE MELO – Deputado.

22 –CARLOS MARQUES DA SILVEIRA – Deputado.

23 –MANOEL ALVES PEREIRA– Deputado.

24 -MANOEL TEIXEIRA DA COSTA – Deputado.

25 –AUGUSTO GOMES FREIRE DE ANDRADE – Deputado.

26 -NELSON DARIO PIMENTEL BARBOSA – Deputado.

27 -SABINO BARROSO JUNIOR – Deputado.

28 -THEODOMIRO PEREIRA – Senador.

29 -VIRGÍLIO M. DE MELLO FRANCO – Senador.

30. -VIRIATO DINIZ MASCARENHAS – Deputado.

PARTE DO QUE JÁ ESTAVA SENDO CONSTRUIDO NA PRAÇA DA LIBERDADE – 1894.

NOTICIA DO JORNAL "MINAS GERAIS", EDIÇÃO DE 10/06/1894 (em ortografia atual).

".....Em primeiro lugar foram visitadas as obras, consideravelmente adiantadas, do Palácio Presidencial, da Secretaria do Interior, da Secretaria das Finanças e da Imprensa oficial, e bem assim, os alicerces já concluídos da Secretaria da Agricultura.

Temos por vezes feito referência ao estado dessas obras em transcrições d'A Capital, é conveniente, porém, acrescentar que os Palácios da Presidência e das Secretarias do Interior e das Finanças, bem como o vasto edifício da Imprensa, já estão com o pavimento inferior e parte do superior erguidos."

A NOVA CAPITAL FOI A PRIMEIRA CIDADE PLANEJADA NO PAÍS.

A "Revista Industrial de Minas", em uma edição de 1896, publicou (ortografia atual):

"Os trabalhos relativos à fundação e edificação da nova capital do Estado, em Belo Horizonte, prosseguem com toda atividade, e, apesar de alguns embaraços provenientes em parte das dificuldades no serviço de tráfego da Estrada de Ferro Central do Brasil, e, em parte, do tempo excessivamente chuvoso nos últimos meses, tudo faz, entretanto, pressagiar que a transferência da sede do governo poderá efetivar-se dentro do prazo constitucional, que termina a 17 de dezembro de 1897.

Os estudos definitivos foram feitos para o delineamento e projeto de uma cidade com proporções para 200.000 habitantes, de modo que, em seu desenvolvimento gradual, obedeça sempre, quanto aos alinhamentos, declividades e mais condições técnicas, a um plano de conjunto, prévia e corretamente organizado.

Por enquanto, o plano de obras se limita a zona estritamente indispensável para a localização de cerca de 30.000 habitantes, máximo da população com que se poderá contar nos primeiros anos.

Tem-se procurado dar ao problema da construção da nova capital a mais conveniente solução, procurando-se, o quanto possível, em restringir as despesas, sem sacrificar as condições técnicas a que é mister obedeça o plano de obras a executar-se.

Nesse intuito, foi organizada a planta geral da futura cidade, dispondo-se, no centro, no local do antigo arraial de Belo Horizonte, a área urbana, contendo cerca de 9.000.000 m², dividida em quarteirões de 120m x 120m, dispostos em ruas largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos e em avenidas que as cortam em ângulos de 45º.

Às ruas foi dada, em regra, a largura de 20 metros, suficiente para a conveniente arborização, livre circulação dos veículos, tráfego de carros e trabalhos de colocação e reparação das canalizações subterrâneas.

A uma das avenidas, que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação de bairros opostos, foi dada a largura de 50m, podendo ela constituir-se o centro obrigatório da cidade, de modo a

ir-se desenvolvendo a população do centro para a periferia, como convém à economia municipal, ao conveniente serviço de higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos.

Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que de futuro será uma das mais apreciáveis belezas da nova cidade.

A zona suburbana, na qual os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas, traçadas de conformidade com a topografia local, têm apenas 11 metros de largura, circunda inteiramente a urbana, formando vários quarteirões e é por sua vez limitada por uma 3ª zona, reservada para os sítios destinados à pequena lavoura.

Para a localização dos 30.000 habitantes estão reservadas as seções de 1 a 7 da zona urbana, compreendidas em uma facha limitada por 2 linhas paralelas, que partem de 2 das principais avenidas.

A parte central dessa fachada, onde dá-se a confluência do córrego "Acaba Mundo" com o ribeirão dos "Arrudas", onde existem várias fontes naturais, visto ser a topografia do terreno muito acidentada, ficou reservada para um grande parque, que, pela ondulação do solo, exigirá relativamente pequeno dispêndio para o fim a que é destinado, podendo constituir-se dentro de pouco tempo o maior atrativo da nova cidade, cujo clima seco e saudável é dos melhores que temos no Estado.

As obras a executar-se nesses 20 meses em vista do disposto no preceito constitucional não se elevarão provavelmente a mais de 18:000:000$000, cifra que não se afasta desproporcionalmente das primitivas avaliações, feitas sem dados certos e regulares, e que fica muito aquém dos cálculos feitos pelos timoratos.

(.....). Os estudos definitivos para a construção da cidade foram realizados em curto prazo e com perfeição técnica.

Em menos de um ano foi levantada a planta geodésica, topográfica e cadastral de uma zona de cerca de 50.000.000.000m² ou 5.000 hectares, onde existiam mais de 400 edificações, sendo a primeira vez que se executa, de um modo completo, semelhante trabalho em nosso país.

Acham-se contratados e em via de execução as obras para a construção do palácio presidencial para a canalização de águas potáveis e serviço completo de esgotos, e para a construção da igreja e da capela, que foi mister mandar construir em substituição das que têm de ser demolidas.

Acham-se também bastante adiantadas as obras do parque, as de construção dos edifícios destinados aos trabalhos do Congresso, cuja planta foi já aprovada, das secretárias de Estado e do Fórum.

Mais um edifício para o Externato do Ginásio Mineiro, dois outros para as escolas públicas estaduais e um para o quartel do 1º batalhão da Brigada Policial completarão os edifícios públicos, cuja construção se torna por enquanto necessária.

Aprovada como se acha a planta geral da nova cidade, já foram expostos à venda, mediante concorrência pública, os primeiros lotes de terrenos para edificações particulares.

Tal tem sido o desejo geral que se nota da aquisição desses lotes, que não será de estranhar-se que, quando tenha o governo estadual de fazer sua transferência para a nova capital, já ali encontre considerável população, convenientemente localizada."

TERIA BORBA GATO DADO ORIGEM A CURRAL DEL REI, HOJE BELO HORIZONTE?

(Divergência entre dois ex-membros do IHGMG)

"(...) Podemos afirmar com segurança que Silva Ortiz não foi o fundador do Curral del-Rei, porque, quando pediu sua sesmaria do Cercado, já existia o arraial do Curral del-Rei, distante de sua fazenda.

(...)A presença de Borba Gato em terras onde nasceu o arraial do Curral del-Rei é incontestável e anterior, bem anterior à de Silva Ortiz.

Três historiadores afirmam com segurança que o Curral del-Rei surgiu em terras de Borba Gato: Edelweiss Teixeira, Augusto de Lima Júnior e Raul Tassini.

A sesmaria de Borba Gato é delimitada com rara precisão. Os documentos de sesmaria, de modo geral, são redigidos em termos imprecisos, um tanto vagos. Mas a de Borba Gato, não.

Está bem localizada: "Junto a um ribeirão que vem do Cercado... correndo da barra que faz o ribeiro do Tombadouro no dito ribeirão, para cima, pelo dito ribeirão..."

Tombadouro, nos mapas antigos de Belo Horizonte, é o único afluente do Arrudas, entre o Taquari e o Cardoso (...).

(...) A origem do Curral del-Rei não está ainda bem esclarecida. Será esclarecida ainda quando surgirem novos documentos. A História se faz com documentos. Simples considerações, por brilhantes que sejam, não adiantam. Continua de pé o postulado de Coulange: "Pas de documents, pas d'histoire".

Para mim, permanece viva a recomendação de Lucien Febre, "A História se faz com documentos escritos". A afirmação pura e simples, desacompanhada de prova, não contribui para o esclarecimento histórico.

Não possuímos elementos seguros para afirmar quem fundou o Arraial do Curral del-Rei. Uma certeza, porém, temos: a Capela de N. S. da Boa Viagem e o Arraial do Curral del-Rei surgiram fora das terras da Fazenda do Cercado".

Autor Waldemar de Almeida Barbosa, falecido membro do IHGMG.

A ORIGEM DE BELO HORIZONTE, SEGUNDO ABÍLIO BARRETO.

"(..)CURRAL DEL-REI – Pouco depois de ter sido fundada a fazenda do Cercado, foi que começou a surgir em terras de ORTIZ (João Leite da Solva Ortiz) o arraial de CURRAL D'EL-REI, assim denominado porque aí se encurralava o gado vindo dos sertões da Bahia e do São Francisco, depois de contado no registro das Abóboras, junto ao riacho Contagem; para pagar tributos régios em SABARÁ.

O povoamento se fez com a gente que afluía, então, de toda parte para as Minas, atraída pelas riquíssimas lavras de ouro que aí se descobriam e exploravam.

O nome de CURRAL D'EL-REI começou a aparecer em documentos públicos em 1707(..)"

A CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BELO HORIZONTE – DESCRIÇÃO DE ALFREDO CAMARATE EM 27.05.1894.

"Vi, sem cometer indiscreção de repórter, o plano da estação da estrada de ferro e que me pareceu edifício de grande gosto arquitetônico e, em todo o caso, muito superior, em beleza, às estações que possuem as nossas estradas de ferro ((..).

(...) o que posso afiançar é que os turistas que visitarem a ex-Belo Horizonte transformado na garbosa "Minas" embatucarão imediatamente, diante da estação da estrada de ferro, erguida na nova Capital!

É a suntuosidade arquitetônica do edifício que deve produzir essa deslumbrante impressão?

É a grandeza da construção?

É a prolixidade da ornamentação?

É o estilo exótico e torturado dos lineamentos principais do edifício? Não é nada disso que deve ostentar a futura gare da Capital de "Minas".

O que este edifício tem de mais característico é a sua feição eminentemente prática, emoldurada numa arquitetura simples e relativamente econômica e que, no meio da sua economia e simplicidade, apresenta grande elegância no agrupamento de linhas, grande clareza no aspecto exterior e que faz saltar aos olhos o fim a que é destinado o edifício e sobretudo uma grande comodidade; destas comodidades que se não arreiam com ostentações de requintado conforto e que se traduzem – por tudo quanto é necessário e nada mais do que o estritamente necessário!

Na fachada principal, nota-se, logo à primeira inspecção, esse ecletismo arquitetônico moderno, que é a feição quase geral dos edifícios construídos na segunda metade deste século.

O pavimento térreo (se assim se pode chamar) tem grande harmonia de linhas, graciosamente interrompida por duas rampas com balaústres e que corta artisticamente essa tal ou qual superabundância de paralelas, que ostentam todos os estilos de arquitetura.

Estas duas rampas dão serviço aos peões, que têm, além disso, como entradas e vomitórios, duas portas laterais; ao passo que os ricos ou os comodistas têm acesso direto pela porta principal, onde os carros entram e rodam com o maior desafogo.

Uma capital absolutamente nova, como a que vai edificar o Estado de Minas, não pode nem deve ser moldada pelos hábitos simples, caseiros e modestos do atual povo mineiro.

O luxo, as comodidades, a elegância são bens ou males inevitáveis nas grandes coletividades, e os futuros coupés, vitórias landáus, caleças e benders deviam, desde já, entrar em linha de conta, como elementos futuros e que hão de irremessivelmente aparecer, com o desenvolvimento e progresso de uma grande cidade.

Separados por um pátio gradeado do corpo central, estão os dois corpos laterais; um, destinado à administração da linha; outro reservado, no pavimento inferior, para o botequim, que tem ensanchas para acomodação de extraordinárias concorrências, num vistoso jardim e no pátio gradeado, que lhe fica ao lado.

O primeiro andar nobre e o segundo, deste corpo lateral da estação, são reservados para um hotel, que, naturalmente, não será mais do que um hotel para pernoitar; mas que conta trinta e seis quartos muito espaçosos, iluminados e ventilados; tendo os do pavimento nobre cinco metros de altura e os do segundo três metros e cinquenta, naturalmente reservados para os fâmulos ou mesmo para os viajantes menos endinheirados ou mais econômicos.

Enquanto aos armazéns, são amplamente suficientes e neles há umas tesouras, que são uma maravilha de ligeireza e solidez.

Aqui está, a traços largos, descritos absolutamente pela rama o que é a nova estação da estrada de ferro de Belo Horizonte e que se vai ligar à Estrada de Ferro Central do Brasil, por uma estação construída em terreno triangular e que deve fornecer, ao arquiteto dessa outra estação, episódios de agrupamento de linhas arquitetônicas muito originais e mesmo muito felizes, se souber aproveitar-se daquela forma estranha e exótica que as necessidades do terreno lhe impõem.

Poderia apresentar ainda muitas informações sobre dimensões, sobre detalhes na decoração e ornamentação do edifício que se vai construir em Belo Horizonte; mas eu tenho, por sestro velho, escrever segundo as impressões do momento e se, nas descrições, a análise perde com isso, ganha a verdade do que descrevo e que faço sempre, respeitando a sinceridade da comoção estética e a probidade na sua manifestação.

E como, falando de uma estação de estrada de ferro, é muito natural que fale na estrada de ferro que a ela se dirige, felicito aos mineiros e sobretudo às finanças do governo mineiro, pela extrema facilidade que apresenta esta estrada.

Tem 14.592 metros, não se torna necessário o mais insignificante pontilhão. A sua rampa máxima (e essa mesmo em muitos poucos lugares) é de 2% e a curva mínima tem 101 metros de raio!

Parece que a providência protege a edificação da nova capital de Minas; porque uma estrada de ferro, em semelhantes condições de exequibilidade, pode construir-se em quatro meses e, na minha humilíssima opinião, o apito da primeira locomotiva será o início de uma era completamente nova para os íncolas e hospedados nesta esplêndida localidade.

Uma estrada de ferro que se ligasse à Central, foi a menina dos olhos do dr. Aarão Reis e do seu luzido estado maior de engenheiros; porque praticamente nada poderia fazer de importante e produtivo, em todos os demais ramos de serviço afeto à comissão construtora, sem que o material variadíssimo e numeroso que demanda tão complicada obra viesse trazido pela locomotiva que inutiliza de uma vez para sempre essas eternas boiadas que, de SABARÁ para aqui, arrastavam, em quarenta e oito horas e com uma chiadeira sonolenta, cem ou duzentos quilos de carga, à razão de quarenta mil réis por carrada!

Mas, ainda assim, tudo o mais tem caminhado com essa assombrosa rapidez dos que respeitam o rifão: andar devagar, para chegar depressa!

E os hoteleiros, os negociantes, os armazenistas, como as palhinhas arrastadas pelo tufão, vão caminhando, por bom ou mal grado, já há perfumarias, capas à espanhola, fogos da China e xícaras com asa!"

MAIO DE 1894 – CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BELO HORIZONTE NA DESCRIÇÃO DE ALFREDO CAMARATE.

"...O primeiro andar nobre e o segundo, deste corpo lateral da estação, são reservados para um hotel, que, naturalmente, não será mais do que um hotel para pernoitar; mas que conta trinta e seis quartos muito espaçosos, iluminados e ventilados; tendo os do pavimento nobre cinco metros de altura e os do segundo três metros e cinquenta, naturalmente reservados para os fâmulos ou mesmo para os viajantes menos endinheirados ou mais econômicos.

Enquanto aos armazéns, são amplamente suficientes e neles há umas tesouras, que são uma maravilha de ligeireza e solidez.

Aqui está, a traços largos, descritos absolutamente pela rama o que é a nova estação da estrada de ferro de Belo Horizonte e que se vai ligar à Estrada de Ferro Central do Brasil, por uma estação construída em terreno triangular e que deve fornecer, ao arquiteto dessa outra estação, episódios de agrupamento de linhas arquitetônicas muito originais e mesmo muito felizes, se souber aproveitar-se daquela forma estranha e exótica que as necessidades do terreno lhe impõem..."

HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GENERAL CARNEIRO.

ALFREDO CAMARATE UM DOS ARQUITETOS RESPONSÁVEIS, ASSIM A DESCREVE, EM 1891:

"Questões de interesse particular levaram-me ao local em que se vai levantar a estação do entroncamento, onde se devem ligar as linhas de trilhos do ramal de Belo Horizonte às da Estrada de Ferro Central do Brasil.

A estação fica mesmo na foz do Arrudas, ribeirão manso e modesto, durante os seis meses de seca; ribeirão largo, espraiado, tumultuoso e com arreganhos de rio caudaloso, enquanto duram as

épocas chuvosas que, no dizer da gente da terra, duram, muitas vezes, cinco e seis meses.

Como ponto de vista, o lugar escolhido é admirável. Dir-nos-íamos diante desses pitorescos lagos em que abunda a Suíça, com mais rutilâncias de sol, com mais hipérboles de colorido na vegetação, com mais tons quentes nos terrenos e, por enquanto, com o seleto encanto da solidão, porque não me parece que três homens, duas mulheres, três crianças e seis vacas, possam riscar a foz do Arrudas do mapa dos ermos conhecidos e desconhecidos deste mundo.

Esta acética localidade tem, porém, quatro minutos no dia, em que se transforma em paragem movimentada, com assomes de civilização: é quando passa o trem de ferro de SABARÁ para Santa Luzia e de Santa Luzia para SABARÁ; viagem redonda que, por enquanto, tem duas edições, o que produz alternadamente quatro minutos de cenografia animada e movimentada; talvez movimentada demais por que o trem de ferro descreve a graciosa curva em que desenha por aquele local, a todo o vapor, transformando, por consequência, aquela aparição numa apoteose de mágica, que passa sempre a fugir pelos olhos dos expectadores, para escamoteação da imperfeição das minúcias e economia dos fogos de bengala, que a iluminam e engrandecem!

As obras da estação do entroncamento a consequente paragem dos trens da Central, o interesse das multidões que exploram as multidões que residem, metamorfosearão, em breve, aquela deliciosa solidão, lugar que eu considerava o páramo ideal, para lá ir curtir os meus amuos, desgostos e rabugices.

O local escolhido para estação, talvez o único que se poderia encontrar por aquelas proximidades, tem a forma de um triângulo curvilíneo e, aceitando o terreno tal qual era, o dr. José de Magalhães estabeleceu também sobre uma planta triangular todo o edifício que, por entre muitas outras qualidades arquitetônicas, tem a de ser um aspecto absolutamente novo e original!

Em cada face do triângulo há um vestíbulo que dá para um salão de passagem central, aberto em círculo e iluminado por uma clarabóia, centro de uma grande cúpula, coroada em cima por uma espécie de capacete anamita de centro do qual se ergue um alteroso catavento.

Nos dois vértices do triângulo estão os armazéns e as casas dos guardas; no outro vértice, a sala de espera com o seu respectivo toilete e um buffet cortado em forma circular.

Junto do vestíbulo que dá para a plataforma da Central, está a casa do agente junto a outro vestíbulo que dá para um dos desvios, o telegrafista.

O aspecto gráfico da planta é lindíssimo e a distribuição dos compartimentos, atendendo, como devia ser, em primeiro lugar à comodidade e ao aproveitamento do espaço, ficou com uma tal ou qual simetria ou, antes com uma tal ou qual harmonia de linhas que a simetria já pertence ao gênero de composições de linhas carcomidas e fora do uso.

O aspecto das três fachadas impressiona, sobretudo, pela novidade do agrupamento de linhas que partem de um triângulo e rematam num círculo.

A fachada que dá para a Central tem nove portas, encimadas como que por uma rosácea e envidraçadas, com os vidros protegidos por uma grade de ferro. A porta do centro, mais larga é toda de madeira, remata em semicírculo, aureolado por um renque de tijolos.

A cúpula que nasce com um diâmetro de dez metros e cinquenta centímetros é toda coberta com folhas de zinco em forma de escamas, é coroada por um corpo elegante, com grande balanço e que a remata graciosamente, tirando a monotonia das catenárias com que ela, de baixo a cima, se embolsa.

As duas outras fachadas em pouco ou quase divergem da que descrevi a correr; não por falta de conhecimento dos detalhes da obra (feliz ou infelizmente); mas porque é aqui, neste caso, que convém

deixar o prazer da surpresa, aos primeiros viajantes que aqui chegarem.

Arquitetos mais ou menos diplomados poderão achar que o aspecto arquitetônico de tal edifício não corresponda absolutamente ao primeiro preceito da arquitetura moderna, que estabelece que um edifício indique, logo ao primeiro relancear de olhos pelo seu exterior, o fim a que é destinado por dentro.

Mas a arquitetura das estações de estrada de ferro tem ainda outros preceitos mais atendíveis e, a esses, o dr. José de Magalhães atendeu com todo o zelo e boa vontade, mas sempre também nos limites do possível, porque, em espaço pequeno, não se faz obra grande nem tão pouco, quando se estabelecer para base da planta um terreno triangular, se pode voar à larga, em cata do belo nos lineamentos gerais e na traça de toda a obra.

A comodidade do público foi o tema dado pelo dr. Aarão Reis e pelo seu luzido corpo de engenheiros: o dr. José de Magalhães escreveu as variações desse tema brilhantemente; mas sempre com os bons clássicos de outrora, respeitando, na fuga dos rendilhados e ornamentos das variações, o casco e contextura do tema inicial.

No último concurso houve dois concorrentes para a empreitada da construção dessa estação.

O primeiro, conhecido empreiteiro do Estado de Minas, ofereceu dois e meio por cento de abatimento sobre os preços das unidades da tabela anexa aos trabalhos desta construção; o segundo ofereceu seis por cento da redução sobre os preços da mesma tabela.

O proponente aceito é a firma comercial Edwards, Soucasseaux e Camarate.

Descreve-los-ei, com a justiça imparcialidade e independência que sempre me têm assistido, na imprensa jornalística.

O primeiro chama-se Eduardo Edwards. É brasileiro, mas filho de inglês. Corado, calvo (o que é sempre indício de juízo e sensatez), muito delicado e amável ao trato e negociante de há muito

estabelecido em Belo Horizonte, onde é muito conhecido, respeitado e estimado.

O segundo chama-se Francisco Soucasseaux, vulgarmente o Braguinha. Baixo, com muito cabelo na cabeça e muitíssimo nos bigodes.

É artista e operário de grande reputação no Rio de Janeiro e construiu, além de diversos prédios, a grande fábrica de móveis Moreira Santos, um dos maiores edifícios do Rio de Janeiro, dentro do qual ele montou também todos os inúmeros e complicados maquinismos de tal fábrica, os quais no primeiro dia em que foram tocados pelo poderosíssimo motor a vapor que lhe dá movimento, trabalharam todos sem a menor hesitação devida ou soluço. É um homem prático às direitas.

O terceiro dá pelo nome de Alfredo Camarate, foi educado na Inglaterra, mas detesta as bebidas alcoólicas. É baixo e calvo (os calvos estão em maioria nesta razão social). É arquiteto e com pergaminho; mas, sobre a sus competência arquitetônica, esquivo-me a dizer palavra, porque Alfredo Camarate é o meu mais íntimo e fiel amigo, para quem não tenho segredos, nem arrufos, ganhando e gastando ambos, como se a bolsa fosse comum.

Nestas circunstâncias, o meu juízo sobre ele seria fatalmente dado como suspeito!"

VISITA DE AUTORIDADES A ESTAÇÃO EM 1894.

SÚMULA DA NOTÍCIA PUBLICADA NO JORNAL "MINAS GERAIS", EDIÇÃO DE 10/06/1894, SOBRE UMA EXCURSÃO, REALIZADA EM 31/05/1894, FEITA POR UMA COMITIVA DE CONGRESSISTAS MINEIROS, AINDA SEDIADOS EM OURO PRETO, CAPITANEADA PELO GOVERNADOR DO ESTADO, DR. BIAS FORTES, DA QUAL FEZ PARTE ALFREDO CAMARATE, EM QUE SE FAZ A SEGUINTE MENÇÃO SOBRE A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GENERAL CARNEIRO:

“.....Pouco antes das 10 horas da manhã, chegava o trem na Estação de General Carneiro, cuja minuciosa descrição já tivemos ocasião de publicar.

É uma construção belíssima e original, pois, como se sabe, tem a forma triangular, com as faces em curvas reentrantes. Está completamente acabada, e pintada com cores apropriadas e muito bem escolhidas.

Todos admiram o elegante e vasto edifício que, sem dúvida, é um dos primeiros do Brasil, no gênero....

Foram muito felicitados pela excellente execução que deram ao bello plano do dr. José de Magalhães, os srs. Alfredo Camarate e Soucasseaux, que também alli estavam, os quaes, por empreitada, chamaram a si a bella obra arquitetônica...”

INAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO DE GENERAL CARNEIRO.

Publicou o jornal de Sabará, “O Contemporâneo”, em sua edição do dia 20/01/1895 (ortografia atual):

“E. General Carneiro Sabemos, por telegrama do ilustre chefe da Comissão Construtora da Nova Capital, dr. Aarão Reis, dirigido a um distinto engenheiro em Belo Horizonte, que será inaugurada no dia 1º de fevereiro próximo à estação General Carneiro, em construção, para o que já se fizeram os necessários desvios e barracão para acomodações provisórias.”

ALFREDO CAMARATE VIAJANDO A CAVALO DE SABARÁ ATÉ CURRAL DEL REI – MARÇO DE 1894, QUANDO AINDA NÃO HAVIA INAUGURADO A FERROVIA CENTRAL DO BRASIL DE SABARÁ A BELO HORIZONTE. VIAJOU DE TREM DO RIO DE JANEIRO ATÉ SABARÁ.

"(..) Numa encosta, o viajante fica de repente surpreendido, pelo súbito aparecimento de um grande edifício, modesto, mas prático nas linhas arquiteturais; denotando extremado asseio e relativo conforto.

É a fábrica de tecidos de MARZAGÃO; em que uma poderosa turbina dá movimento a cem teares, que fabricam magnificas casimiras mineiras e que, como quase todas as fábricas de tecidos do Estado de Minas, têm dado bons dividendos.

Atualmente, as dificuldades que atravessa o nosso país têm diminuído um pouco a quantidade do fabrico: especialmente por "falta de matéria-prima".

A fábrica do Marzagão que, no dizer do relojoeiro, representa a metade da jornada de SABARÁ a Belo Horizonte, regula pouco mais ou menos pela terça parte. Frescos como nos achávamos, depois de havermos chegado à suposta metade, não nos detivemos e prosseguimos na viagem que a contar daquele estabelecimento fabril, muda completamente de aspecto, não só nos pontos de vista, como na natureza do solo e na força da vegetação.

Salvo raras exceções, toda a estrada, de Marzagão por diante, é lindíssima. Caminhamos como se fosse pelo meio de extensas alamedas de um jardim; com o chão atapetado de uma terra vermelha que, pela rutilância de seu colorido, ainda maior realce dá a vegetação de um verde variadíssimo, sempre liso, lustroso, lavado, polido; esse aspecto que raras vezes proporcionam os grandes maciços de verdura, quando o açoita um sol fulvo, depois dos prolongados aguaceiros do verão.

As retas nas estradas são raríssimas e esse defeito muito nosso torna a paisagem ainda mais cheia de acidentes e novidades. (...).

(...) Ao cabo de quatro horas de viagem, muito parecida com as que devem fazer as tartarugas, divisamos a povoação de BELO HORIZONTE, incrustada numa mata verde-negra e densíssima dentre a qual emergiam os campanários da igreja, construída nas primitivas simplicidades da arquitetura"

INAUGURAÇÃO DE MUSEU EM BELO HORIZONTE.

O jornal "LAR CATÓLICO", em sua edição do dia 07 de março de 1953, noticiava:

"Revestiu-se de grande solenidade a inauguração do Museu de Belo Horizonte, instalado na Fazenda Velha, único prédio restante do antigo Curral del Rei, situada a duzentos metros da Avenida do Contorno..."

JORNAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE COMENTANDO O LIVRO DE ABÓLIO BARRETO.

Do jornal "O TEMPO", de Queluz de Minas (atual município de Conselheiro Lafaiete), que, em sua edição do dia 22 de maio de 1929, fez uma síntese sobre o livro "Bello Horizonte, memória história e descritiva", do qual extraio o seguinte trecho:

"...Na bandeira de Bartholomeu Bueno da Silva é que ele descobre na personalidade empolgante de João Leite da Silva Ortiz, quem ao despontar o século XVII, vai estabelecer na Serra das Congonhas (atual Serra do Curral), onde construiu a fazenda do Cercado e fundou o arraial de Curral d'El Rey, atualmente cidade de Belo Horizonte.

Depois o periódico acima, cita que Abílio Barreto, entre outras coisas, descreve, passo a passo, a evolução de Curral d'El Rey sobre todos os seus aspectos interessante, desde os seus primórdios até a determinação do seu local para a Capital do Estado..."

JORNAL DE LEOPOLDINA NOTICIANDO SOBRE A MUDANÇA DA CAPITAL.

Por sua vez, o jornal MONTANHA, órgão da imprensa da cidade de Leopoldina, em uma edição de dezembro de 1957, noticiava:

"Se a mudança da Capital de Ouro Preto, para outra parte mais acessível, era uma idéia antiga, já sonhada pelos inconfidentes, foi a 12 de dezembro de 1897 que isso efetivamente se concretizou.

O antigo Arraial de Curral del Rei, que aqui existia há quase duzentos anos, antiga pousada de tropeiros, com a capela da Nossa Senhora da Boa Viagem, foi escolhido, graças a topografia, para ser a sede da nova Capital.

Vencidos certos obstáculos, entre os quais a oposição de muitos políticos, foi efetivada a mudança, tendo Belo Horizonte crescido de maneira assustadora, ...

O traçado da Avenida do Contorno, conforme fora planejado de início, foi superado de muito pelo crescimento da metrópole.

E Belo Horizonte, hoje, ...é uma das mais belas capitais do país."

ARTIGO PUBLICADO POR CIRO DOS ANJOS NO JORNAL CORREIO PAULISTANO, EDIÇÃO DE 05/11/1957, APRESENTANDO A SUA VERSÃO SOBRE A MUDANÇA DA CAPITAL, em vernáculo atual:

"A LUTA DE OURO PRETO.

.....os homens que sabem das coisas pretéritas aí estão para contar como foram tempestuosos os entendimentos políticos para despojar a colonial Ouro Preto das prerrogativas da metrópole.

Que defesa épica a velha capital sustentou contra os mudancistas!

O relato do historiador Abílio Barreto, na edição de "Minas Gerais", comemorativa do cinquentenário de Belo Horizonte, mostra-

nos que não só a astúcia, os cambalachos e as sutilezas temperaram o drama político daquelas negociações.

Até a violência teve de entrar em cena, tanto se obstinava, Ouro Preto resistência de leoa ferida.

A ideia da mudança vinha desde os tempos do famigerado conde de Assumar, a quem muito preocupavam as rebeliões e motins da Vila Rica dos mineradores.

Mais tarde, também os Inconfidentes pensaram nisto. Se triunfasse a conjuração mineira, a capital deveria ser transferida para São João del Rei que, pela topografia, como pelas condições econômicas, era mais suscetível de se transformar em grande cidade.

No segundo reinado, o teimoso pensamento voltou a ser agitado: o padre Agostinho de Sousa, deputado à assembleia Provincial, bateu-se pela edificação da capital nas margens do Rio das Velhas.

Com isto, provocou tal celeuma em Ouro Preto, que acabou perdendo as suas posições políticas. Morreu louco e em estado de grande pobreza, em Diamantina.

Nos primeiros tempos da República, estudantes mineiros em São Paulo reacenderam o debate, mas Cesário Alvim, governador provisório de Minas pôs água na fervura.

João Pinheiro também contemporizou. Bias Fortes, este era contra. Todavia, durante sua administração fizeram-se estudos das localidades indicadas como vantajosas para a instalação da capital.

Surge, nessa altura, o poeta Augusto de Lima, que se empenha com calor, no movimento mudancista.

Nomeado governador provisório do Estado, dá alguns passos para a transferência, mandando proceder a novos estudos.

A reação de Ouro Preto foi vivíssima. Todavia, ainda não se acreditava que a causa fosse avante, tão absurda se afigurava aos ouro-pretanos.

Eis que, pouco depois, acontece um fato realmente grave: Por 35 contra 34 votos, inclui-se na Constituição Mineira um artigo que dispõe sobre a mudança!

As candidatas à sucessão apresentam-se: Juiz de Fora, Barbacena, Santa Bárbara e uma infinidade de pequenas vilas.

Todo lugarzinho encarapitado num planalto formoso, com boa água e bom clima, tornou-se virtual concorrente à posse das insígnias que se iam arrebatar à ilustre Vila Rica, onde outrora retumbavam hinos....

Na fase final desse páreo a que Ouro Preto assistiu entre indignada e incrédula, ficaram dois lugares: Várzea do Marçal e Belo Horizonte.

Este último trazia um nome novo, para esconder a velha denominação colonial, que seus habitantes não estimavam: "Curral del Rei".

Assumindo a presidência de Minas, o conselheiro Afonso Pena atira-se desassombradamente à luta pela nova capital.

A situação torna-se tão dramática, que uma reunião do Congresso Mineiro para tratar do assunto, teve de realizar-se em Barbacena, e não em Ouro Preto.

Fala-se na deposição de Afonso Pena. O 31º Batalhão de Caçadores conspira com lideranças antimudancistas

Apoiado por Floriano, a quem por sua vez dera mão forte, Afonso Pena obtém o afastamento dos militares envolvidos na conjura, e uma paz armada desce sobre a cidade dos inconfidentes.

Em Barbacena, num jardim contiguo ao edifício onde se reúne o Congresso, explode uma carga de dinamite, ferindo a várias pessoas. Atentado ou acaso?

Foi quando entrou em cena a velha manha mineira. Percebendo que na luta aberta, até ali mantida, não levariam a melhor, os

antimudancistas trocaram de tática, e passaram a fazer jogo obstrucionista para lançar a confusão.

O governo havia ganho, no primeiro "round". Em sessão tumultuosíssima fôra aprovado pelo Congresso o projeto relativo à mudança para Várzea do Maçal.

Várzea do Marçal era uma pretendente perigosa: servida pela E.F. Oeste de Minas, oferecendo condições econômicas excepcionalmente favoráveis e possuindo também clima saudável, facilmente poderia tornar-se grande cidade, própria para capital.

Seria hábil, talvez, apoiar Belo Horizonte, arraial pobre, longínquo, sem estrada de ferro, desprovido de recursos onde jamais se poderia construir a metrópole, dentro do estreito prazo de quatro anos, estabelecido pela Constituição.

Ora, do outro lado, um homem esperto observava os antimudancistas.

Era o deputado José Pedro Drummond, partidário de Belo Horizonte, que ainda nutria esperanças no êxito de sua causa.

Que fez Drummond, pressentindo o eventual apoio dos antimudancistas?

Consegue, espetacularmente reabrir, no Congresso, o problema de localização, e obtém uma estrondosa vitória para Belo Horizonte.

Os antimudancistas jogaram a partida no desespero e perderam-na.

Aquele arraialzinho a que apelidavam "Papudópolis", "Cretinópolis", "Poeirópolis" e "Formigópolis" tornou-se a capital de Minas pela energia de Afonso Pena que, com rapidez incrível, fez instalar, ali, uma Comissão Construtora, dirigida pelo grande técnico que foi Aarão Reis..."

JORNAL DE SÃO PAULO COMENTANDO SOBRE A NOVA CAPITAL. A ORIGEM DE CURRAL DEL REI E A SUA CONVERSÃO NA NOVA CAPITAL, SEGUNDO REPORTAGEM DO JORNAL "CORREIO PAULISTANO", EDIÇÃO DE 09.02.1960. (Letra garrafal por minha conta).

"...A penetração nos territórios de Belo Horizonte realizou-se na segunda metade do século XVII, na conquista de depósitos auríferos, de que foram pioneiros os famosos bandeirantes Fernão Dias Paes Leme, Bento Pires e Manuel Borba Gato.

No último quartel do século, deslocou-se da bacia do Rio das Velhas o interesse dos bandeirantes em virtude da descoberta dos terrenos auríferos de Ouro Preto e Mariana,

Em 1680 Fernão Dias Paes Leme partia rumo aos sertões de Itacambira. Mas já em 1699 voltou a região Manuel de Borba Gato e no ano seguinte com a dispersão dos mineiros, ocorrida nas colônias do Carmo, voltaram-se as atenções dos pioneiros para a área do CURRAL DEL REI, serra que foi uma das balizas que nortearam os bandeirantes paulistas, graças aos quais de desvendou a extensa zona central de Minas, então conhecida como SABARABUÇU.

Em 1711, JOÃO LEITE recebeu em sesmaria as terras que já ocupava e fundou a FAZENDA DO CERCADO em cujo lugar se formaria o núcleo do arraial de CURRAL DEL REI.

A salubridade do lugar e a boa posição para o intercâmbio comercial, atraíram à incipiente povoação algumas famílias que nela se fixaram para dedicar-se à agricultura e à pecuária, ao lado dos trabalhadores mineiros.

Os moradores de CURRAL DEL REI mais de uma vez deram demonstrações de seu patriotismo na guerra do Paraguai, no movimento subversivo de 1842 e na propaganda da República, já não aludindo ao trabalho intenso pela mudança da capital do Estado.

A mudança da capital de Ouro Preto para um local mais conveniente, conquistou desde logo forte corrente de simpatia junto à opinião pública.

Em 1891, dr. Augusto de Lima, então governador do Estado, teve papel saliente nessa campanha, sendo de seu governo o decreto que transferia a sede dos poderes públicos para Belo Horizonte.

Em 12 de dezembro de 1897, quando presidente do Estado dr. Crispim Jacques Bias Fortes, procedeu-se a inauguração oficial da nova Capital...”

TRIBUNAL DA RELAÇÃO – ATUAL TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

O jornal “O Contemporâneo”, de Sabará, em sua edição do dia 07/10/1897, publicou (ortografia atual):

“Desde os primeiros dias do mês findo, acha-se instalado em Belo Horizonte o Tribunal da Relação, já se achando ali de residência a maior parte dos desembargadores.”

HOTEL CLARK – SABARÁ – 1894.

O seguinte anúncio foi publicado no jornal “O Contemporâneo”, em sua edição do dia 19/08/1894, publicou (ortografia atual):

“RAMAL FÉRREO. BELO HORIZONTE –

Precisa-se de pessoal para roçadas e escavações, serviços, carroças, cavouqueiros e pedreiros, paga-se bem. Concluídos os trabalhos do ramal, na terraplenagem e edificação da cidade, haverá serviço para milhares de operários durante muitos anos. Para mais informações com o sr. Abel Roque Guimarães.

Hotel Clark – Sabará –

Os empreiteiros. Alves de Almeida.”

RAMAL DA CENTRAL DO BRASIL ATÉ A FUTURA CAPITAL, CASO BELO HORIZONTE FOSSE A ESCOLHIDA.

Noticiou o jornal “O Contemporâneo”, em sua edição do dia 19/03/1893 (ortografia atual):

“Há dias seguiu com destino à Santa Luzia o ilustrado engenheiro dr. Samuel Gomes Pereira, membro da comissão de estudos para mudança da capital.

O referido engenheiro foi proceder a estudos de um traçado que ligue a Central à futura capital, caso se verifique a mudança para Belo Horizonte, como é de supor-se, em vista da superioridade dessa localidade em relação às demais que estão sendo estudadas.”

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA SER ESCOLHIDA A NOVA CAPITAL DE MINAS.

Publicou o jornal “O Contemporâneo”, em sua edição do dia 23 de março de 1893 (ortografia atual):

“De todas as informações colhidas pelos nossos correspondentes nas cinco localidades, ora em estudos, para dentre elas ser escolhida a futura capital do Estado, coligimos que Belo Horizonte será incontestavelmente a preferida.

Tendo um clima temperado e excelentes condições de salubridade. Solo ubérrimo para o desenvolvimento da pequena lavoura, a pequena distância materiais de construção de toda a qualidade, subsolo nas melhores condições para o estabelecimento

de um sistema perfeito de esgotos, quer de águas servidas e matérias fecais, quer de águas fluviais;

Considerável força industrial nas cachoeiras do ribeirão dos Arrudas, sem prejuízo do abastecimento d'água potável;

Condições técnicas apropriadas para todo e qualquer sistema de viação urbana;

Fácil ligação terrestre e fluvial com as redes de viação, quer geral, quer estadual;

E tendo, finalmente, além de outras vantagens secundárias que seria por demais longo enumerar, grande extensão de terrenos devolutos (cerca de mil alqueires) dentro dos quais pode ser construída a futura cidade, sem o enorme dispêndio que acarretarão para o Estado as desapropriações de terrenos que se terão de fazer nas outras localidades como Juiz de Fóra, Barbacena e Várzea do Marçal.

Possui todas as condições para tornar-se, em futuro não remoto, um grande centro administrativo, industrial e comercial.

Os estudos a que está procedendo a comissão que se acha atualmente em Belo Horizonte, virão, mais uma vez, confirmar as opiniões dos distintos profissionais, dr. Herculano Penna, Domingos José da Rocha, Francisco Van Erven, Hargreaves e outros também de incontável proficiência e capacidade que têm estudado aquela região sob o mesmo ponto de vista.

Como já tivemos ocasião de noticiar, os córregos ali existentes podem abastecer a uma população de mais de um milhão de habitantes, sem lançar-se mão do ribeirão dos Arrudas.

Tem sido encontrados lindíssimos mármores, granitos, excelente argila, turfa e outras muitas riquezas que farão da futura capital um grande centro do progresso mineiro.

Com todos esses títulos e recomendações vai apresentar-se a vizinha localidade ao congresso para disputar às suas rivais a honra

de ser a futura capital do Estado, sendo de esperar-se que essa ilustre corporação, imparcial e patriótica, far-lhe-á a justiça que merece."

MUDANÇA DA CAPITAL.

O jornal "O Contemporâneo", em uma de suas edições de outubro de 1893, com o título acima, publicou um artigo, do qual extraio essa parte (ortografia atual):

".....Um dos lugares indicados pelo governo para ser estudado pela comissão foi o Belo Horizonte, sobre o qual ela deu um parecer, tão capciosamente redigido, que deixa ver muito claramente qualquer espírito, alheio a patriotismo, ditar-lhe.

Fi-lo, mais ou menos, sem contudo faltar a verdade. Entre S. João Del Rei e Belo Horizonte a escolha é difícil. Si um, atualmente, parece vantajoso para o desenvolvimento do Estado, o outro futuramente mais consultará a seus interesses.

É este pelo menos o sentido de um dos tópicos do elaborado parecer. A isso responde-se facilmente, trazendo-se para a discussão um exemplo prático e presente, qualquer que ele seja, é inevitavelmente aceitável. Para o futuro, portanto, é que devemos dirigir nossas vistas, com o fim de melhorar a situação.

Assim, então, ao meu ver a comissão parece dar frisantemente sua opinião favorável a Belo Horizonte, que condignamente saberá corresponder.

Belo Horizonte está fadado a ser uma enorme e elegantíssima cidade, não só pela sua posição topográfica, como pelo seu magnifico clima e água em abundância e adjacências fertilíssimas ocupadas por muitas madeiras de primeira qualidade.

A grande quantidade de ferro superior, que quase constitui a massa total das montanhas, que, além de serem fonte de suas águas, dão ao terreno uma fraca inclinação que vai desaparecer nos ribeirões que cortam transversamente aquela localidade, admiraram

ao sábio mineralógico dr. H. Gorceix, que sintetizou aquilo nesta única expressão:

"Que riqueza!

Belo Horizonte, pois, se oferece como melhor local para a capital de Minas, pela sua posição à margem do Rio das Velhas e pela proximidade de SABARÁ, que é ligada ao Rio de Janeiro pela estrada Central (grifos meus).

O Rio das Velhas oferece uma extensão de 125 léguas navegáveis até a sua foz, na sua confluência com o de São Francisco, que constitui uma rede íntima de comunicações com o norte futurosíssimo do Estado.

O Paraopeba corre para o Rio São Francisco, regando uma região ubérrima, podendo ser navegável numa extensão de mais de 40 léguas e em toda essa extensão contam-se outros seus afluentes, onde uma navegação acomodada não é impossível.

O Paracatu é francamente navegável em mais de 60 léguas de seu curso, não considerando os seus afluentes.

O Urucuia, o Verde e outros tantos que dão um aspecto de figura anatômica ao centro do Estado, parecem uma grande veia onde vão ter quantidade de outros menores.

O São Francisco em direção do sul a norte, corre banhando uma extensão considerabilíssima de mais de 2930 quilômetros, da que só aproveitam (ilegível), só aproveitável à Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas.

No seu curso encontram-se cachoeiras, mas com exceção das de Pirapora, Véu e Sobradinho, as outras são fáceis, pouco perigosas.

Como vemos, com pouco dispêndio teríamos 554 léguas, que facilitariam na comunicação do norte inteiro com a capital, ajudando a desenvolver imensamente a agricultura, mineração e outras indústrias-mortas naquelas regiões quase selvagens, de onde o governo tiraria prodigioso resultado.

No entanto vê-se todo o norte do Estado dormindo, como torporizado pelo frígido sopro do regresso.

O sul do Estado já está bastante adiantado. À sua vida já é real. O café, que tem a propriedade de tirar o sono, põe atualmente todo o sul de Minas a um contínuo movimento, fecundo de prosperidade.

.....A capital para o norte será um calor benéfico e mostrá-lo-á à União como jazida, como tesouro de suas riquezas.

Concluindo, não quero dizer coisa alguma sobre os outros lugares. Apresento este como bom – eis o meu humilde depoimento.

D.Changé."

FÁBRICA DE FERRO DE BELO HORIZONTE – 1894.

Extraio uma síntese de uma publicação da Revista Industrial de Minas, em sua edição do ano de 1894 (ortografia atual):

"A fábrica de ferro de Belo Horizonte, adquirida pela Comissão Construtora da Nova Capital, fica à margem do ribeirão dos Arrudas a um quilômetro, mais ou menos daquele arraial....."

CALÇAMENTO DAS RUAS E AVENIDAS DA NOVA CAPITAL – MATERIAL EMPREGADO – 1896.

O jornal "A Capital", em sua edição de 29/10/1896, publicava (ortografia atual):

Nova Capital. De ordem de sr. Dr. Chefe da comissão construtora da Nova Capital, faço público o seguinte:

"Os passeios de todas as ruas, avenidas praças, da zona urbana da nova capital serão de cimento, pedra artificial ou grês comprimido;

não se admitindo, porém, para o meio-fio senão o granito, gneiss ou calcário preto.

Os proprietários dos prédios construídos em tal zona, depois de obter nivelamentos precisos, deverão prevenir o Chefe da Terceira Divisão, do dia em que pretendam iniciar o trabalho do assentamento dos passeios, para que este mande um fiscal assistir a tal trabalho.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 1896.

Adalberto Ferraz"

A NOVA CAPITAL FOI A PRIMEIRA CIDADE PLANEJADA NO PAÍS – 1896.

A "Revista Industrial de Minas", em uma edição de 1896, publicou (ortografia atual):

"Os trabalhos relativos à fundação e edificação da nova capital do Estado, em Belo Horizonte, prosseguem com toda atividade, e, apesar de alguns embaraços provenientes em parte das dificuldades no serviço de tráfego da Estrada de Ferro Central do Brasil, e, em parte, do tempo excessivamente chuvoso nos últimos meses, tudo faz, entretanto, pressagiar que a transferência da sede do governo poderá efetivar-se dentro do prazo constitucional, que termina a 17 de dezembro de 1897.

Os estudos definitivos foram feitos para o delineamento e projeto de uma cidade com proporções para 200.000 habitantes, de modo que, em seu desenvolvimento gradual, obedeça sempre, quanto aos alinhamentos, declividades e mais condições técnicas, a um plano de conjunto, prévia e corretamente organizado.

Por enquanto, o plano de obras se limita a zona estritamente indispensável para a localização de cerca de 30.000 habitantes, máximo da população com que se poderá contar nos primeiros anos.

Tem-se procurado dar ao problema da construção da nova capital a mais conveniente solução, procurando-se, o quanto possível, em restringir as despesas, sem sacrificar as condições técnicas a que é mister obedeça o plano de obras a executar-se.

Nesse intuito, foi organizada a planta geral da futura cidade, dispondo-se, no centro, no local do antigo arraial de Belo Horizonte, a área urbana, contendo cerca de 9.000.000 m², dividida em quarteirões de 120m x 120m, dispostos em ruas largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos e em avenidas que as cortam em ângulos de 45º.

Às ruas foi dada, em regra, a largura de 20 metros, suficiente para a conveniente arborização, livre circulação dos veículos, tráfego de carros e trabalhos de colocação e reparação das canalizações subterrâneas.

A uma das avenidas, que corta a zona urbana de norte a sul, e é destinada à ligação de bairros opostos, foi dada a largura de 50m, podendo ela constituir-se o centro obrigatório da cidade, de modo a ir-se desenvolvendo a população do centro para a periferia, como convém à economia municipal, ao conveniente serviço de higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos.

Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que de futuro será uma das mais apreciáveis belezas da nova cidade.

A zona suburbana, na qual os quarteirões são irregulares, os lotes de áreas diversas, e as ruas, traçadas de conformidade com a topografia local, têm apenas 11 metros de largura, circunda inteiramente a urbana, formando vários quarteirões e é por sua vez limitada por uma 3ª zona, reservada para os sítios destinados à pequena lavoura.

Para a localização dos 30.000 habitantes estão reservadas as seções de 1 a 7 da zona urbana, compreendidas em uma facha

limitada por 2 linhas paralelas, que partem de 2 das principais avenidas.

A parte central dessa fachada, onde dá-se a confluência do córrego "Acaba Mundo" com o ribeirão dos "Arrudas", onde existem várias fontes naturais, visto ser a topografia do terreno muito acidentada, ficou reservada para um grande parque, que, pela ondulação do solo, exigirá relativamente pequeno dispêndio para o fim a que é destinado, podendo constituir-se dentro de pouco tempo o maior atrativo da nova cidade, cujo clima seco e saudável é dos melhores que temos no Estado.

As obras a executar-se nesses 20 meses em vista do disposto no preceito constitucional não se elevarão provavelmente a mais de 18:000:000$000, cifra que não se afasta desproporcionalmente das primitivas avaliações, feitas sem dados certos e regulares, e que fica muito aquém dos cálculos feitos pelos timoratos.

(.....). Os estudos definitivos para a construção da cidade foram realizados em curto prazo e com perfeição técnica.

Em menos de um ano foi levantada a planta geodésica, topográfica e cadastral de uma zona de cerca de 50.000.000.000m² ou 5.000 hectares, onde existiam mais de 400 edificações, sendo a primeira vez que se executa, de um modo completo, semelhante trabalho em nosso país.

Acham-se contratados e em via de execução as obras para a construção do palácio presidencial para a canalização de águas potáveis e serviço completo de esgotos, e para a construção da igreja e da capela, que foi mister mandar construir em substituição das que têm de ser demolidas.

Acham-se também bastante adiantadas as obras do parque, as de construção dos edifícios destinados aos trabalhos do Congresso, cuja planta foi já aprovada, das secretárias de Estado e do Fórum.

Mais um edifício para o Externato do Ginásio Mineiro, dois outros para as escolas públicas estaduais e um para o quartel do 1º

batalhão da Brigada Policial completarão os edifícios públicos, cuja construção se torna por enquanto necessária.

Aprovada como se acha a planta geral da nova cidade, já foram expostos à venda, mediante concorrência pública, os primeiros lotes de terrenos para edificações particulares.

Tal tem sido o desejo geral que se nota da aquisição desses lotes, que não será de estranhar-se que, quando tenha o governo estadual de fazer sua transferência para a nova capital, já ali encontre considerável população, convenientemente localizada."

ALGUMAS PASSAGENS DO COTIDIANO DE BELO HORIZONTE, POR VOLTA DE 1894, ENQUANTO SE CONSTRUIA A NOVA CAPITAL, TODAS EXTRAIDAS DAS CRÕNICAS DE ALFREDO CAMARATE QUE ALI VIVEU NESSE PERIODO.

AS ALUNAS DA ESCOLA NORMAL.

"As alunas da Escola Normal subiam a Rua Direita, todas sisudas, com os livrinhos e cadernos de deveres debaixo do braço, arrepiadas pelos açoites da brisa matutina e envergando o uniforme democratizador que, pelo menos na aparência, passa a rasoira por cima de todos os preconceitos da hierarquia social.

As ruas ostentavam-se excepcional e garridamente limpas e varridas; as lojas com mostradores de cristais transparentíssimos, com as fazendas arranjadas com uma tal ou qual arte de agrupamento de linhas e de cor e, de manhã até a noite, uma nunca interrompida ordem, uma constante, sincera e nunca desmentida cortesia para os recém-chegados."

AS CASAS E RUAS DE BELO HORIZONTE, EM ABRIIL DE 1894.

“ (..) As casas todas com a modéstia e encantos de verdadeiras choupanas; as ruas sempre margeadas por sebes, todas no mais gracioso desmancho e irregularidade; grupos de verdejantes bananeiras, destacando-se, muitas vezes, sobre os tons verde-azuis dos eucaliptos; rochedos das mais atormentadas linhas, dentre os quais surgem pitorescas quedas d’água; todas as estradas animadas, especialmente agora, por carros chiadores, pacífica e vagarosamente arrastados por dez bois, que mascam de alegria quando a chuva lhes mitiga o prolongado cansaço da tração; todas as ruas onde, por enquanto apascentam livremente cabritos e ovelhas; (...)”

(...)Em Belo Horizonte, a vida continua, na sua suave e encantada monotonia, que, como a toadilha dos fados populares, acaba por adormecer nesses meios sonos que representam a suprema delícia de dormir acordado.

Por todas as ruas, travessas e largos, por todas as picadas e veredas, o solo já está crivado de estacas, enterradas com a cabeça à flor da terra e com o seu prego cravado e a sua testemunha encostada junto aos muros ou à beira de viçosos valados; a todas as horas e por todos os montes e vales das circunvizinhanças, os engenheiros, manuseando o nível, o teodolito ou o trânsito, condutores e auxiliares, tudo numa faina de quem quer chegar depressa, e sempre com a convicção de que não chegarão tão depressa quanto o dr. Aarão Reis desejaria(...).

A RELIGIOSIDADE DO POVO BELO HORIZONTINO EM 03.1894.

“Dizer que este povo é muito religioso, é cair numa redundância, quando se conhece a nossa gente, e bem lhe haja por isso; porque eu, que ainda não fui atacado pelas pretensas conquistas do positivismo, sempre entendi que, da religião, quando não transviadas em sendas alheias ao seu benéfico caminhar, tem provido mais bens do que males à sociedade.

Todas as senhoras, ao entrar no templo, põem em cima da cabeça um lenço branco. Só conhecia este costume, por vê-lo na Itália meridional, mas afiançam-me que, em muitas outras localidades de Minas, existe igualmente.

(...) Do velar as faces, a cobrir simplesmente o alto da cabeça com um lencinho branco, vai uma grande diferença; mas todos sabem que o belo sexo, apesar dos seus sentimentos eminentemente religiosos, sempre acha meios de encontrar processos aceitáveis de, com a consciência isenta de remorsos por pecados de monta, operar todas as transformações possíveis e imagináveis, tais como a de substituir um longo véu por lencinho exíguo, e acho que nisto tem razão as mulheres; porque tornam patentes e embelezadas as melhores criações do criador.

A todas as solenidades religiosas, a que tenho assistido, sempre houve cantoria. Todos os motetes são executados a três vozes por um grupo de fiéis, que fica junto ao sacerdote e repetidos, quase sempre também a três vozes, pelo povo.

Entre o primeiro grupo há uma voz de senhora, potente, vibrante, muito afinada; mas também com todos os vícios da emissão, aliás muito naturais era quem nunca cultivou a arte do canto e que de mais a mais nas repetidas festas desta igreja dá, em voz, tudo quanto tem e mesmo mais do que era lícito exigir-lhe.

As outras partes conjugam afinadas com a primeira e, como a música fosse escrita por bom e sábio mestre antiquíssimo, e de quem nem sempre a tradição fornece o menor dado, há intervalos difíceis, mas que os cantores atacam com elogiável firmeza.

Entre os coros do primeiro grupo, há uma voz de baixo clara e que, em certos trechos, mantém um pedal de grande beleza.

O povo responde sempre ao primeiro coro, com igual afinação e sobretudo, com o imponente feito das grandes massas corais. Entre os fiéis, há um meio-soprano-contralto, com uma voz muito bem timbrada, arredondada nos centros e sempre muito igual em todos os registros.

Está, talvez, perdida, naquela grande coletividade de cantores, uma prima dona de primeira ordem.

Entre os homens que cantavam no corpo da igreja, ouvi também um barítono e dois baixos cantantes muito aproveitáveis.

O sacerdote ainda é novo e muito dado à arte da música, que cultiva regularmente e, por isso, as festas da sua igreja hão de ter sempre o caráter religioso e artístico que deriva de um bom sacerdote e de um bom amador de música.

Havia também, em Belo Horizonte, uma banda de música, composta de cerca de vinte figuras. (..).

(...)Por enquanto, as festas religiosas da Semana Santa têm sido um derivativo salutar, e digamo-lo com justiça, que Belo Horizonte, apesar de ser uma localidade relativamente pobre, faz as suas solenidades religiosas com uma pompa natural e espontânea, muito de ver-se e admirar-se.

Todos os dias da Semana Santa tem havido procissões; ostensíssimas filas de irmãos, pobres, ricos ou remediados, muitos deles sem capa; mas todos numa ordem e respeito que seria muito de seguir-se como exemplo pelos povos de outras cidades mais ricas, mas que, da religião, fazem pretexto para folias e ostentações.

A Procissão do Enterro era sobretudo de um efeito imponente e comovente, pelos milhares de velas que a acompanhavam e que, na calda do préstito, formavam um grande foco luminoso, que parecia lutar com vantagem, com o esplêndido luar que iluminava aquela noite.

Uma coisa não se pode negar ao povo de Belo Horizonte: é a sinceridade das suas crenças. (...)".

A IGREJA DA BOA VIAGEM DESCRITA, EM MARÇO DE 1893.

“Belo Horizonte tem duas igrejas; proporção modesta, comparada com o grande número de templos que têm todas as cidades, vilas e povoações do Estado de Minas.

O que fica no centro da população e que é a matriz, tem uma fachada de estilo barroco; mas representa um mau exemplar, desse mal estilo de que Minas possui edifícios notáveis pela pureza desse gênero arquitetônico pesadão e destituído desses donairosos lineamentos que, nos outros estilos, parecem emergir do solo e, por meio de altos campanários, agulhas e cúpulas, levarem as preces dos fiéis ao etéreo seio de Deus.

Vista de lado, porém, a igreja tem boas linhas e o conjunto dos telhados denota que o seu arquiteto sabia bem do riscado.

Por dentro, tem poucas pinturas e essas suponho que sejam más, e digo “suponho”; porque a sanha e vandalismo dos restauradores foi tão grande, nos princípios deste século, sobretudo no Estado de Minas, que é muito possível que, por debaixo daquelas pastadas infrenes dos restauradores, haja obras-primas da pintura; fato que se dá particularmente em Mariana, Ouro Preto e em outras localidades deste Estado.

Em obra de talha, é a igreja de Belo Horizonte bastante notável.

As duas primeiras capelas laterais têm estilo, grande nitidez e originalidade na ornamentação, e uma certa liberdade no agrupamento das linhas; o que indica que o entalhador, se bem que respeitasse o estilo, tinha muito sofríveis tendências para pôr de parte os preceitos do academicismo e deixar-se levar, livre e serenamente, pelos impulsos da sua inspiração.

O altar-mor, conquanto notável também, é de estilo menos puro e muito menos elegante e fino na mineiridade dos ornatos.

Em duas pequenas portas, que dão acesso ao trono, está a data de 1788, que me parece corresponder à da construção de todo edifício.

O templo está muito limpo e os seus paramentos e alfaias depõem muito em abono da piedade cristã do povo de Belo Horizonte.

No cruzeiro da igreja, e um pouco à direita, está um harmônio. Colocaram-no talvez ali, para guiar mais de perto as orações dos fiéis; porque a igreja possui um bom coro e mesmo com uns balaústres admiráveis e atrevidamente torneados! (...)"

"(...)Tenho notado uma coisa: é que o moço mineiro pode ser ou não ser um homem bonito; mas um mineiro velho é quase sempre mais bonito e, dessa beleza veneranda, que inspira respeito e simpatia; um como que respeito filial que sentimos por aquelas alvas barbas, cuidadas quase sempre com a garridice se não imprópria pelo menos muito pouco de esperar-se, num ancião de setenta anos.

O VELHO MINEIRO, POR VOLTA DE 1894, QUANDO DA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL.

(...) Tenho passado, por muitas vezes, diante desses rostos venerandos, mais venerandos do que os que descrevem a história sobre os antigos patriarcas; admito, sempre com instintivo respeito, o modo pausado, seguro e justificadamente sentencioso desses homens dos princípios de meu século e que na simplicidade dos seus hábitos, na modesta grandeza das suas virtudes, na sobriedade das suas exigências (...)".

"(...)Tenho notado uma coisa: é que o moço mineiro pode ser ou não ser um homem bonito; mas um mineiro velho é quase sempre mais bonito e, dessa beleza veneranda, que inspira respeito e simpatia; um como que respeito filial que sentimos por aquelas alvas barbas, cuidadas quase sempre com a garridice se não imprópria pelo menos muito pouco de esperar-se, num ancião de setenta anos.

AS DESAPROPRIAÇOES DOS IMÓVEIS PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL, EM JUNHO DE 1894. O IMPOSTO PREDIAL, COM NARRAÇÃO DE CAMARATE.

"(...) O dr. Aarão Reis atravessa, talvez, agora, a fase mais difícil e atribulada da importante comissão que lhe foi confiada pelo Presidente do Estado de Minas Gerais: a da desapropriação.

Em todos os países, a desapropriação por utilidade pública nunca, ou quase nunca, fornece aos proprietários ensejo para fazerem um bom negócio.

Em Belo Horizonte há, porém, fatos especiais, que ainda tornam mais dura essa expropriação, se bem que perfeitamente justa e legal.

As propriedades aqui tinham um valor insignificantíssimo e aparentemente mais insignificante ainda; porque a décima predial era, em geral, calculada por valor muito inferior ao seu produto locativo; fato aliás muito vulgar em todos os Estados do Brasil e mesmo em Espanha, Portugal, Itália e podemos dizer mesmo, sem grande injustiça, em todos os países do mundo.

Os que valorizaram as suas propriedades por menos, com o fim de fraudar o fisco, com a mais absoluta inocência, com a maior serenidade de consciência, porque é corrente, entre o povo, que roubar a nação não é pecado, vêem-se agora colhidas nas malhas da própria rede que apertaram, o que é a mais desastrosa e desoladora decepção; porque, cavando a ruina pelas suas próprias mãos, sem sequer podem ter o alívio de queixas, motivadas em males que não sejam os da sua própria lavra!

Havia, além disso, prédios sem nenhum valor locativo e que se alugavam gratuitamente, só para que os inquilinos os mantivesse num estado de uma tal ou qual conservação; havia culturas tentadas, aos acasos da fortuna, em terrenos do Estado, e todos estes posseiros e proprietários mais ou menos contestáveis e contestados de Belo Horizonte olharam apenas para o futuro, que lhes prometia a instalação de uma grande capital nestes terrenos, e mesmo o pouco que olharam para os sorrisos do futuro fez-lhes esquecer que o valor

das suas propriedades ia ser considerado a valer e que os seus supostos direitos teriam de ceder, diante da lei, que até hoje não tinha vindo ter com eles; mas que lhes apareceu, como espectro sinistro, logo que se tornou necessária a sua aparição!

Uns, que se tinham por espertos, foram ultimamente pagar o imposto proporcional a um exagerado valor locativo; outros agarram-se aos melhoramentos e benefícios que fizeram nas suas propriedades; outros, finalmente, alegam exceções que realmente se não fizeram; mas todos se esquecem que estão sob a alçada da lei e de uma lei que não foi arquitetada expressamente e de momento, para o caso que agora os desnorteia!

O dr. Aarão Reis, que, como chefe da comissão construtora, é apenas o executor dessa lei, tem procedido até agora com toda a prudência e justiça; mas o mal que se faz a outrem, embora seja feito com a mais escrupulosa legalidade, sempre é ato que molesta e aflige. (...)"

ABÍLIO BARRETO NARRA ESSA PASSAGEM:

"(...) Entretanto, no início daquele trabalho de desapropriação, chegando ao conhecimento do engenheiro-chefe os boatos que corriam e a notícia de discursões havida entre funcionários da Comissão e pessoas do lugar, no dia 6 de fevereiro de 1894, expediu aos chefes das divisões o seguinte ofício, no louvável intuito de preservar-se contra possíveis desentendimentos entre aqueles e estes:

"No intuito de manter, por nossa parte, quanto possível a ordem e a tranquilidade pública, dou por muito especialmente recomendado a V. Sa. que procure evitar, usando de seu prestigio, que apareçam e se desenvolvam entre o pessoal desta Comissão e a população da localidade.

Tanto como eu, V. Sa. bem compreenderá quanto nós devemos esforçar para não dar pretexto e desordem e rixas, que podem comprometer.

(...) Pelo arraial continuaram a surgir os mais absurdos boatos sobre as desapropriações, 1que se esperavam logo após do ato governamental a respeito, já solicitado pela Comissão. E assim pelas ruas, pelas casas, por toda parte os belorizontinos não tratavam de outro assunto, uns otimistas, outros pessimistas, ao passo que o Dr. Aarão Reis procurava tranquilizar a todos, fazendo-lhes ver que se havia de cumprir a lei, sem quebra das boas notas equitativas e humanitárias"

O JORNALISTA NO BRASIL, EM MAIO DE 1894, NA OPINIÃO DE ALFREDO CAMARATE.

"O repórter, palavra de procedência norte-americana, não é mais do que o bisbilhoteiro, com a circunstância agravante de fazer praça das suas bisbilhotice.

(...) A reportagem no Brasil, é por enquanto uma pálida sombra do que ela tem sido nos Estados Unidos do Norte e mesmo do que está sendo esta ciência infusa em França, na Itália e na Inglaterra; e contudo, nos fastos da reportagem brasileira, já se cita:

um repórter, assistindo, escondido por detrás de uma resposteiro, a uma sessão do antigo Conselho de Estado;

um outro que presenciou um banquete político secreto, metido dentro de uma cesta de pão, ainda um outro, que entrava nas tipografias e punha a mão em cima dos "paquets" de composição, dizendo – "Tapo, para que não pensem que pretendo ler o que aqui está" e ia depois decifrar, para casa, a tiragem do tal "paquet", que lhe tinha ficado impressa na palma da mão e, finalmente, ainda outro que, de madrugada, foi esperar o criado imperial, que tinha por

invariável hábito beber um copinho de cachaça num quiosque, antes de ir entregar as folhas diárias a seu imperial amo e, pedindo-lhe a folha emprestada, substituiu-a, na restituição, por uma do dia anterior e assim ainda houve tempo de copiar os despachos do Diário Oficial, que, nessa época, se negavam às outras folhas .....(...).

(...)Por enquanto o Brasil não possui o que propriamente se pode chamar um repórter; mas apenas simples contadores de notícias. (...)"

A MONOTONIA DOS DIAS E NOITES EM OURO PRETO, ESCRITA EM MAIO DE 1894, POR ALFREDO CAMARATE.

"(....) Disse-o e repeti-o por diversas vezes, aos que se queixavam da monotonia e tédio dos dias e noites de Ouro Preto, que essa monotonia e tédio proviam exclusivamente dos hábitos caseiros da sua população, dessa vida quase monástica que leva a maior parte das senhoras ouro-pretanas, desse sestro, quiça herdado dos tempos coloniais e que nos faz parecer os habitantes de Ouro Preto como esquivos e bisonhos; quando, realmente, na intimidade, são dados, hospitaleiros, alegres e espirituosos(..)".

NOTA: Antes de mudar para Belo Horizonte, onde escreveu diversas crônicas sobre o cotidiano, costumes, os preparativos na construção da nova capital, etc, ele viveu em Ouro Preto, vindo do Rio de Janeiro.

SABARÁ POR VOLTA DE 1894 NA VISÃO DE ALFREDO CAMARATE – VIAGEM DE TREM DO RIO DE JANEIRO ATÉ SABARÁ E A CAVALO DE SABARÁ A CURRAL DEL REI.

"(..)Ao longe, aparecem umas casinhas: é SABARÁ, garrida e vistosa, vista de longe; com assomos de cidade nova, contemplada do lado de fora!

Mas esta pequena traição que nos faz SABARÁ e que aliás nos fazem muitas outras cidades, especialmente no litoral do Brasil, é compensada por uma natureza encantadora se bem que menos majestosa do que a de Ouro Preto.

Em SABARÁ, as montanhas são menos atormentadas nas linhas gerais; o colorido das paisagens é quase todo de uma entoação verde.

Há, ali, enfim uma natureza risonha que parece abrir-nos os braços; e que faria lembrar a entrada da Cidade de Lisboa, se, no alto das suas montanhas, houvesse os inamovíveis moinhos de vento, que, desde séculos, conservam religiosamente as suas formas e que animam a paisagem, como grandes gaivotas que por exceção, tivessem ousado erguer o vôo a tão grandes alturas.

Mas cercam-se uns meninos, todos azafamados e pressurosos, por me levarem as malas, e salto na plataforma da estação, com as pernas um tanto entorpecidas, e vendo, diante de mim, uma extensa e larga estrada, que ainda terei que percorrer para chegar à cidade (..).

***...) Em SABARÁ, a primeira cousa que dá nos olhos, logo que entramos na cidade, é este consolador letreiro Clarks Hotel.**

Com o meu fraco pelos ingleses, foi logo o hotel que escolhi. Tinha aos menos certeza de não morrer de fome e talvez mesmo a felicidade de me atestar de roast-beff sangrento, carneiro guisado com batatas, plum-pudding e outros manjares, de grande solidez de princípios e que explicam, desde logo a robustez, a energia digestiva e a boa saúde do povo inglês.

Mas qual!

John Clark, residente no Brasil há muitos anos, está perfeitamente identificado com os costumes brasileiros. Realiza

mesmo a maior maravilha que me foi dado admirar, num filho da Grã-Bretanha.....esqueceu-se quase de falar inglês!

Com estes especialmente, sou eu forte e as em que percebi que o homem não era lá muito forte no idioma de Shakespeare, atirei-me ao inglês como se nunca tivesse falado outra língua, ou como, se sobre os meus estudos na Irlanda, não tivessem passado cerca de quarenta anos.

Clark criou família em SABARÁ e toda muito trabalhadora e zelosa pelos créditos do estabelecimento, que não é do tipo perfeitamente inglês, mas, em todo o caso, um dos melhores hotéis que se encontram pelo centro de Minas. (...)"

(...)mas convenceram-me de que a pontualidade ainda não é uma das virtudes mais pronunciadas dos SABARENSES e, para exemplo e como escusa de toda população, lembraram-me que John Henry Clark, apesar de inglês, costumava dizer sempre: "o jantar é às quatro horas, pouco mais ou menos"! (...)"

PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ESTADUAL, NATURAL DE SÃO DOMINGOS DO PRATA, DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND, QUE FOI DECISIVO PARA BELO HORIZONTE SER ESCOLHIDA A NOVA CAPITAL DE MINAS NA TERCEIRA E ÚLTIMA VOTAÇAO.

HÁ PRONUNCIAMENTOS FEITOS POR ELE EM DIAS DIFERENTES. TEVE DIVERSOS APARTES, OS QUAIS JUNTEI EM UM SÓ BLOCO E OS REPRODUZI A SEGUIR:

- O Sr. JOSÉ PEDRO DRUMMOND: - Sr. Presidente, vou submeter à criteriosa apreciação da Casa uma emenda ao art. 1º do projeto que ora prende nossa atenção.

Devo, portanto, sr. Presidente, ligeiramente documentar, fundamentando, esta minha emenda e, ao mesmo tempo, servirá esta nunciação, como uma explicação do voto que, em minha consciência, darei sobre a questão, que considero mais importante do que todas aquelas que, durante a minha estadia, nesta corporação, se tem levantado.

Sr. Presidente, quando em 1891, o Congresso constituinte tratava de mudar a Capital do Estado para Belo Horizonte, eu embora ainda não fizesse parte desta corporação, já então acompanhava seus trabalhos; e, parecendo-me que o Congresso ia deliberar que a Capital fosse edificada em Belo Horizonte, eu, à vista de informações afirmativas da existência do bócio nessa localidade, sob caráter endêmico (é verdade que dada pelos jornais de Ouro Preto), escrevi ao digno Senador Afonso Penna, uma carta na qual eu lhe fazia sentir o inconveniente da mudança da Capital para aquela localidade, visto que para mim era muito grave a endemia do bócio.

Tomo a liberdade de ler um dos tópicos dessa carta, que tem a data de 17 de abril de 1891.

Quero mostrar que a emenda que vou oferecer, eu não a apresentaria se não soubesse removido o obstáculo que então me parecia existir com relação a Belo Horizonte.

Eis a carta:

"Li no 'Jornal de Minas' que no Belo Horizonte o povo é muito sujeito à hipertrofia do corpo thyros (bócio); fui informado, por pessoas que conhecem o lugar, que com efeito essa afecção (doença) é muito comum ali, onde se veem crianças novas já com começo de tal afecção.

Convém notar que o bócio é endêmico e seu único tratamento consiste em sair do lugar, onde se contraiu, pois que a operação é, às vezes, impraticável.

Na França, Inglaterra, Espanha, Índia, etc., muitos lugares tornam-se inabitados pela endemia do bócio....

Li também que hidrocele (hidropisia do escroto devido a um aumento da serosidade) é comum em Belo Horizonte.....”

Já se vê v. excia. Sr. Presidente que, se ainda existissem em meu espírito, dúvidas sobre a endemia do bócio em Belo Horizonte, eu havia de me contentar, ouvindo os dignos oradores e não tomaria a atenção do Congresso sobre esta questão e votaria contra a escolha daquela localidade para Capital do Estado.

Mais tarde, sr. Presidente, quando esta questão tomou um caráter mais sério, quando nosso governo comissionou o ilustrado engenheiro dr. Domingos Rocha para examinar o Belo Horizonte, ele apresentou o parecer, do qual vou ler um tópico referente ao bócio.

Esse relatório vem no “Movimento” de 22 de maio de 1891.

‘Pelas visitas domiciliárias, que foram feitas...’, vê-se sr. Presidente, que o relatório Domingos Rocha nega a existência, em alto número de bócio em Belo Horizonte.

Apesar da boa vontade de muitos ilustres congressistas e mais da autorizada opinião do distinto engenheiro dr. Domingos Rocha, não foi mudada a capital do Estado para aquela localidade.

Então, sr. Presidente, o Congresso, em sua alta prudência, decretou a lei n. 1, de 23 de outubro de 1891, autorizando o Presidente do Estado mandar examinar as cinco localidades (Belo Horizonte, Paraúna, Barbacena, Várzea do Marçal e Juiz de Fora) para dentre elas ser escolhida uma para capital do Estado.

Em virtude dessa lei, tendo o Presidente do Estado de Minas mandado proceder a exame nas cinco localidades e tendo sido distribuído entre os Congressistas o relatório referente a essas observações, entreguei-me com toda a dedicação ao estudo do relatório e, com toda a imparcialidade, venho dizer ao Congresso o que conclui do mesmo, já da minha observação direta e qual a minha opinião.

A emenda que vou apresentar refere-se, sr. Presidente, justamente ao lugar que condenei perante um representante deste

Estado e isto por faltarem-se informações e estudos, do que só agora disponho.

O estudo do relatório, sr. Presidente, trouxe-me a certeza da dedicação e ilustração dos dignos membros comissionados.

Estes, sr. Presidente, apresentaram os seus relatórios parciais, dos quais o digno chefe da comissão devia tirar a sua conclusão; e, com efeito, ele a deduziu; mas sr. Presidente, inteligente e honesto como é o dr. Aarão Reis, não posso compreender como ele chega à classificação:

1º Barbacena; 2º Várzea do Marçal; 3º Belo Horizonte; etc.!

Sr. Presidente, realmente o relatório Aarão Reis contém, como se tem dito mais de uma vez nesta casa, verdadeiras injustiças.

E para amparar a asserção que venho de proferir, chamo a atenção do Congresso para que o sr. Aarão Reis diz nesse relatório a respeito da cidade de Barbacena, condenando-a em absoluto, o que é uma injustiça, e adotando-a na classificação em 1º lugar, o que é uma contradição!

Quando li o relatório na parte referente a esta cidade, fiz meu juízo que Barbacena, quanto à topografia, era muito inferior a Ouro Preto.

Entretanto, está aí patente para os olhos nus vê-se que é uma das mais clamorosas inexatidões.

Sr. Presidente, o sr. Aarão Reis em seu relatório apresenta duas localidades principalmente à apreciação do Congresso, usando da expressão – que as duas disputam entre si a primazia. Essas duas localidades são a Várzea do Marçal e Belo Horizonte.

Portanto, sr. Presidente, foi principalmente em relação a essas duas localidades que me dediquei com mais cuidado, a fim de que pudesse chegar à conclusão de uma escolha entre ambas.

Para isso sr. Presidente, depois que fiz o estudo no relatório Aarão Reis, fui às duas localidades, Várzea do Marçal e Belo Horizonte. Visitando aquela em maio deste ano e esta nos últimos dias do mês de setembro, compreendi que só estudo do relatório e da observação direta das duas localidades poderia aproximar-me da verdade.

Lendo o relatório médico que acompanha o relatório Aarão Reis, vê-se que o seu autor, meu distinto colega, coloca o Congresso em uma verdadeira luta, em uma verdadeira dúvida, pois que, sendo vós forçado pela lei n.1, a escolher dentre os cinco lugares, um...

O SR. DRUMMOND: - Quando o Congresso designou esses cinco lugares, já tinha mais ou menos consciência de que entre eles encontraria um nas condições para receber a nova capital do Estado, e assim sucedeu, pois uma localidade (Belo Horizonte) era conhecida já pelo relatório do dr. Herculano Penna, já pelo dr. Domingos Rocha.

O SR. DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Tanto não se enganou que já o governo provisório e já o Congresso quiseram a mudança para Belo Horizonte e não pretenderiam dar esse passo, se a localidade não estivesse nas condições precisas.

Com efeito, sr. Presidente, esse meu ilustrado colega encarregado de estudar as condições higiênicas dos diversos locais indicados, tendo classificado Belo Horizonte em 2º lugar, disse em seu relatório o seguinte (Lê).

Realmente, sr. Presidente, classificar em 2º lugar o Belo Horizonte, e dizer dele o que eu acabo de ler seria excluí-lo da classificação, se o que tanto lamenta o dr. Pires de Almeida, se o que levou a lançar em seu relatório uma tão frisante interrogação, não estivesse hoje destruído pela convincente prova da estatística!

Continuando meus estudos, sr. Presidente, voltei à parte do relatório Aarão Reis e lá vi estabelecida uma verdadeira discordância entre o chefe da comissão e o ilustre higienista.

Com efeito, à página 41 do relatório, na parte em que o chefe da comissão faz o resumo para deduzir a sua opinião, ele estabelece a sua discordância com o ilustre médico, conforme há pouco foi lido por um dos colegas que me precederam na tribuna.

Nessa parte o sr. Aarão Reis diz o seguinte: (lê).

Sr. Presidente, quando li este tópico do relatório, fiz as minhas reflexões e cheguei à conclusão seguinte: o sr. Aarão Reis estabelece a sua opinião baseada sem dúvida, nos dois relatórios dos engenheiros que examinaram a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte.

Vou ler estes dois relatórios com toda a atenção, estudá-los, disse eu comigo, e ei de encontrar no sr. Aarão Reis razão para ele discordar do ilustre médico, colocando Belo Horizonte em 1º lugar e Várzea do Marçal em 2º.

Mas, sr. Presidente, foi uma verdadeira desilusão.

Percorrendo as páginas do relatório dos engenheiros, referentes a Várzea do Marçal e Belo Horizonte, cheguei à conclusão de que o dr. Aarão Reis não tinha formado opinião nas apreciações dos engenheiros que tinham examinado as diversas localidades.

Sr. Presidente, se a opinião dos engenheiros que procederam aos estudos na Várzea da Palma e em Belo Horizonte não autoriza nem justifica a classificação do dr. Aarão (1º Várzea do Marçal, 2º Belo Horizonte); se por outro lado ele se coloca em oposição ao médico, cuja classificação é: 1º Belo Horizonte, 2º Várzea do Marçal, não sei porque o sr. Aarão Reis foi procurar estabelecer esta desarmonia entre esses seus colegas da comissão?

Sr. Presidente, entendo que devemos mudar a capital para uma das 5 localidades, pois assim determina a lei n. 1 citada; o meu voto não impedirá que a mudança seja feita; até porque felizmente existe entre essas cinco localidades uma que reúne todas as condições necessárias para uma grande e próspera capital digna do nosso Estado.

Mas, no entanto, como disse ao começar, considero esta questão importantíssima e é, por isso, que vou em poucas palavras, mostrar alguns pontos do relatório, não fazendo um discurso, mas procurando estabelecer uma conversa com os meus colegas do Congresso, a fim de chegarmos à conclusão de que estou convicto, isto é, de que a classificação Aarão Reis não procede nem nos relatórios dos engenheiros, membros da comissão, nem na opinião do médico higienista.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Do exame pois, do relatório do engenheiro, que procedeu aos seus estudos em Belo Horizonte em confronto com os estudos feitos na Várzea sobressai para qualquer leitor imparcial, a superioridade de Belo Horizonte, sobre a Várzea do Marçal, como local mais próprio, já sob o ponto de vista geográfico, topográfico, climatológico, geológico, etc, já em relação às suas águas potáveis, esgotos, facilidade de edificação e construção em geral, e já em relação ao serviço de viação, notando-se que sob este ponto, o próprio dr. Aarão Reis considera essa superioridade.

O SR. PEDRO DRUMMOND: - Sobre o relatório da Várzea o meu ilustrado colega, sr. Costa Sena, em grande parte, expôs as dúvidas que eu também tenho encontrado; portanto, não repetirei as mesmas questões porque entendo que não devemos perder nosso precioso tempo; procurarei somente aqueles pontos sobre os quais o ilustre senador deixou de falar.

É assim, sr. Presidente, que esse engenheiro, declarando (pág. 6 do relatório) existir alagados no vale superior do rio das Mortes, principalmente da Cachoeira de Ilhéus e nas proximidades à montante do Sítio e de Barbacena, apresenta a serra de S. José como um abrigo contra as emanações desses alagados sobre a futura capital, alagados na máxima parte do nível inferior ao cimo da serra.

Ora, sr. Presidente, se os alagados, em sua máxima parte estão em nível inferior à serra de S. José é porque existem alagados em nível igual senão superior à mesma serra. Isto é lógico, outra não pode ser a conclusão.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Acresce sr. Presidente, que este engenheiro discutindo a geologia do terreno, disse: (pág. 8 do seu relatório): "Não é um terreno de sedimentação". (Lê).

Portanto, sr. Presidente, as emanações dos alagados da Cachoeira de Ilhéus e Vale do Rio das Mortes infeccionarão um dia toda a Várzea, visto que o abrigo, "serra de S. José", terá perdido, com a continuação de desprendimentos de seus blocos, em sua altura, e mais os próprios terrenos da Várzea, pela mesma ação da ação corrosiva da decomposição serão abaixados em seu nível.

É uma conclusão forçosa que devemos tirar das próprias palavras do engenheiro como se vê no relatório. (Pág. 6 e 8).

Depois do engenheiro descrever a natureza do solo, ele conclui: "Ação corrosiva desses". (Lê).

Já vê v. excia. Sr. Presidente, que esta serra, apontada como abrigo às emanações, tende, na opinião do engenheiro, no futuro, a desaparecer e assim acontecendo os alagados já não ficarão abrigados e a nova e futura cidade estará exposta às emanações desses pântanos.

Apesar do meu ilustre colega já haver dito alguma coisa sobre a sondagem, não posso deixar de chamar a atenção do Congresso para um fato.

Diz o relatório, à pág. 8, que o subsolo é impermeável, porque é constituído de argila, colocado sobre rocha e, na sua parte superior – cascalho, pedregulho e "húmus".

Sr. Presidente, não sou engenheiro, mas creio que esta composição geológica não traduz impermeabilidade do terreno, porque os outros engenheiros encarregados de estudar Belo Horizonte e Barbacena, dando aos terrenos dessas localidades a mesma composição de argila, areia, cascalho, dizem que são permeáveis, salvo se não há diferença entre o terreno impermeável e o pouco permeável.

Já vê v. Excia, que uma certa contradição na classificação de impermeável e pouco permeável, dada a terrenos análogos em sua natureza e mais que não foi especificada qual a colocação das diversas camadas componentes do terreno – não se sabe pelo relatório se a camada argilosa que está superposta à camada cascalho, areia, etc. – ou se é o inverso o que se dá...

É de supor que esteja sobre a rocha a argila e sobre esta o cascalho e areia.

O que é fato é que há uma espécie de desarmonia entre os engenheiros na classificação de terreno impermeável e pouco permeável. Pode ser, sr. Presidente, que eu esteja enganado: felizmente, porém, existem neste Congresso profissionais que, sem dúvida, corrigirão o meu engano a respeito.

Porque nos outros lugares (Barbacena e Belo Horizonte) o terreno, sendo constituído de material idêntico ao da Várzea do Marçal, naqueles é pouco permeável e neste é impermeável? Não compreendo!

Mais abaixo diz o engenheiro (Lê): "Não existe lençol d'água sob terreno na Várzea do Marçal".

Sr. Presidente, eu quisera do fundo de minha alma ficar convencido de que na Várzea do Marçal não existe lençol d'água subterrâneo para em consciência dar meu voto pela Várzea do Marçal.

Mas, na qualidade de congressista e de humilde médico (não apoiado...) não posso em absoluto concordar com a não existência de lençol d'água na Várzea do Marçal, deduzida, como ficou, pela exposição feita pelo engenheiro nessa localidade.

Em 1º lugar, porque ao médico higienista que procedeu ao exame da Várzea do Marçal, parecia existir.

Em 2º lugar, porque eu ali observei e encontrei os fatores de um lençol d'agua (apartes).

Declaro que não estou combatendo a Várzea do Marçal, estou justificando meu voto.

Tendo o sr. Aarão Reis declarado em seu relatório que na Várzea existiam águas pluviais estagnadas e infiltrações que desapareciam inteiramente nos grandes intervalos da estação pluvial, fui, com o honrado senador Rebello Horta, em dias de maio (intervalo das chuvas) visitar aquela localidade, porque, como dizia o autor do relatório, aqueles alagadiços já não deviam existir.

Chegando à bela cidade de São João Del Rey o distinto engenheiro dr. Rodolpho Paixão, a quem então tive a satisfação de conhecer pessoalmente, assim como os ilustres engenheiros dr. F. Alves e o meu colega dr. Francisco Mourão, tiveram a gentileza de nos acompanhar até a Várzea do Marçal.

Vou contar a nossa viagem, o que observei e a minha impressão: o Congresso que tire a conclusão que entender do caso.

Os terrenos de Matozinhos, sr. Presidente, são com efeito secos; e, como por vezes tenho visto trazerem para a tela da discussão esses terrenos, julgo dever declarar, que ao Congresso nada importam os terrenos de Matozinhos, visto como a parte que nos deve preocupar a atenção é a Várzea do Marçal, como a localidade indicada entre as cinco para ser estudada. Nossa questão é, pois, com a Várzea do Marçal.

A Várzea do Marçal, como o Congresso sabe, é dividida por uma crista de morro de 15 metros de altura, em duas partes: uma denominada "do Porto"; outra, a do "Marçal" propriamente.

A do Marçal propriamente dita é arenosa em toda sua extensão e seca; salvo nos lugares trajetados pelos córregos, encontram-se ali diversos alagados, devidos a poços abertos para extração de ouro, como prova a existência de "botados", postos aos lados dos lugares de serviço. Diz o dr. Aarão Reis que essas águas são pluviais; o que posso acrescentar é que são limpas, claras.

Seguimos a nossa viagem, sempre do lado Marçal da Várzea, até que eu convidei os companheiros para vermos a Várzea do outro lado, que me diziam ser muito extensa e encantadora.

Atravessando, pois, o tal morro de 15 metros de altura, avistamos a outra parte da Várzea, a do Porto, que é realmente muito bonita, mas notei ao longe um capim próprio dos brejos e perguntei aos companheiros: lá não há água?

Responderam que não, que era completamente seco.

Descemos e chegamos à Várzea, na parte inferior, e aí nessa parte não pudemos absolutamente penetrar: estava completamente cheia d'agua!

Eu apelo para os nossos próprios companheiros de viagem, o que há pouco me referi.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Agradeço sumamente o aparte de meu colega e particular amigo; ele traz-me à lembrança a necessidade de esclarecermos uma troca de apartes, dados aqui ontem por mim e pelo nobre deputado dr. Duarte da Fonseca, motivada por uma pergunta que, na sessão de ontem, me foi dirigida pelo nobre senador Costa Sena, isto é, se eu tinha encontrado os poços na Várzea, secos ou com água, ao que respondi:

que em maio quando lá estive, os poços continham água; - então o nobre deputado dr. Duarte da Fonseca, em aparte, declarou que indo, há poucos dias, à Várzea encontrou os poços completamente secos.

Em vista desta asseveração do nobre deputado, logo que terminou a sessão procurei-o e perguntei-lhe se com efeito, viu os poços, pois que em maio eu os encontrei com água, ao que me respondeu o nobre deputado: não (palavras suas), não secou completamente, não, estavam com o fundo um pouco úmido.

S. excia, acha-se presente e poderá dizer se é ou não exato o que acabo de referir.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Se o fundo das escavações estava um pouco úmido, como pode o nobre deputado empregar a expressão "completamente secas"; não fará o fundo parte dessas escavações?

Custa-me um pouco, sr. Presidente, compreender que os poços, visto por mim e por todos os meus companheiros de viagem há pouco referidos, estando com água em maio (intervalo das chuvas) estejam agora secos, apenas com o fundo um pouco úmido! Estou, entretanto, perfeitamente certo de que o meu nobre colega dr. Duarte encontrou os poços secos, apenas com alguma umidade no fundo, por que sua excia, assim o declara, o que é quanto basta.

Devo concluir que s. excia, examinou os poços, que não observei e vice-versa, ou então a estação chuvosa daquela localidade é em tempo diverso do que se observa geralmente.

Já vê v. excia. Sr. Presidente, que o que acabei de dizer é verdade.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Mas, sr. Presidente, se em maio encontrei a Várzea alagada a ponto de não podermos penetrar nela, como, em dezembro, que é o tempo das chuvas, ela poderia estar enxuta?

O SR. PEDRO DRUMMOND: - Estas minhas considerações são filhas da observação e estão ao alcance de todos, menos dos cegos.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Sr. Presidente, não podendo nós penetrarmos nessa parte da Várzea, perguntei a um dos meus companheiros acima citados ao que se deveria atribuir aquela água, aquela infiltração e mais onde estavam os poços abertos para exploração do terreno; ele respondeu-me: "creio que já desapareceram".

Convidei ao dr. Paixão para verificarmos se existia algum dos poços e encontramos um cheio d'agua, sendo a distância entre a superfície do solo e a da água do dito poço 60 centímetros.

Subindo a Várzea, que tem um declive de 1% não encontramos mais poços, porém, encontramos uma extensa cava cheia d'água e, procedendo a exame, vimos que a superfície da água estava a noventa centímetros abaixo do nível do terreno.

Lembro-me, sr. Presidente, ter dito ao ilustre dr. Paixão que aquela Várzea não era seca, como nos diziam, ao que ele respondeu que morando em São João Del Rey, ignorava a existência daquelas águas, mesmo porque não tinha ido a aquele local.

Estamos em Congresso, sr. Presidente, onde felizmente, há médicos, engenheiros, jurisconsultos e industriais; e, portanto, podemos com alguma facilidade nos aproximar da verdade, isto é, saber se na Várzea há ou não lençol d'água.

A água, na parte interior da Várzea está na superfície do solo; ali não podemos andar; pouco acima encontramos água a 60 centímetros e, pouco mais acima, a 90; e, pois, pergunto: esta água que vemos já na superfície do solo já a 0,60, já a 0,90, tendo o terreno uma declividade de 1%, não será um lençol de água subterrâneo? Parece que sim.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond - senador: - Ilustrado colega e particular amigo, sinto profundamente não poder concordar; mas, o relatório do médico a este respeito está feito de maneira a deixar ver que havia um lençol d'água subterrâneo.

Não preciso, entretanto, basear-me nesse relatório para afirmar que existe lençol d'água; basta para isto atender-se à composição geológica descrita pelo engenheiro que é a seguinte. (Lê):

"O subsolo é formado por camadas de argila, cascalho e areia, tendo em sua superfície a camada húmus"; ora, sr. Presidente, desde que existem águas, como provei, e que não são pluviais, (observação feita em maio, intervalo das chuvas) essas águas, não atravessando a camada de argila, conservam-se acima desta, o que não lhes impedem o cascalho, areia e húmus e sendo o nível do terreno de 1%, eis porque encontramos em alturas diferentes águas aliás em nível natural.

Acresce, sr. Presidente, como eu já disse, que nessa localidade encontram-se vegetais próprios dos pântanos; como negar sr. Presidente, a existência do lençol d'água e que esse possa ser pantanoso, fato aliás em parte confirmado pela Constituição médica de São João Del Rey?

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - V. Excia, daqui a pouco, justo, como é, há de concordar comigo.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - O meu ilustrado colega dr. Eloy Reis mostra não estar ainda satisfeito com a argumentação de que tenho lançado mão para, do relatório e do que foi por mim observado na Várzea, deduzir a existência do lençol d'água ali e a possibilidade e mesmo a probabilidade de ser esse pantanoso.

Sr. Presidente, a Várzea está na encosta da Serra de São José e com declive para o Rio das Mortes; da serra, como consta do relatório, nascem diversas águas – no limite inferior da Várzea corre o mesmo rio; ora, sr. Presidente, sendo os lençóis d'água que impedem o secamento dos rios no intervalo das chuvas, segundo a autorizada opinião de Soyka claramente manifestada em Dresdi; tendo eu declarado que observei água em diversas altitudes na Várzea do Porto e sendo também esta a declaração do dr. José de Carvalho Almeida, engenheiro encarregado de examinar essa localidade, como se vê no seu relatório (Pág.8), onde diz:

"nos poços de 4" encontrou-se água em nível variado favorecendo ainda a existência do lençol d'água as camadas, cascalhos, areia e húmus sobre a argila, que é impermeável.

Porque, sr. Presidente, negar-se a existência do lençol d'água? Assim nos ensina aquele que ocupa o primeiro lugar, como higienista – Soyka. (Apoiado do sr. Costa Sena).

SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Sim, sr. Presidente, como muito bem disse o ilustre Senador Costa Sena, todo o terreno é passível à formação de pântanos, desde que

na localidade existam os fatores de micro malária e que o meio seja conveniente à sua cultura.

Mas, sr. Presidente, o próprio engenheiro há pouco citado, por suas palavras, prova a existência do lençol d'água. (Lê).

Ora, sr. Presidente, eu acredito que o engenheiro aqui não devia dizer – de nível variável – simplesmente, devia fazer como eu fiz a pouco: determinar os níveis 0,00, 0,30, 0,96, etc, e do confronto desses níveis d'água com o declive da Várzea, provar que essas águas não provinham de um lençol subterrâneo por não guardarem nivelamento igual, e não dizer "que essas águas" (Pág.8) são efeitos de insignificantes infiltrações de águas pluviais, que desaparecem nos intervalos das chuvas.

Sr. Presidente, esse ilustre engenheiro devia saber que essas águas não desapareciam no intervalo das águas, porque nessa ocasião, como por mais uma vez tenho dito, eu e os meus companheiros já citados, visitando a localidade, já encontramos as mesmas águas.

Que águas de infiltrações pluviais são estas, sr. Presidente que tão próximas do rio, ainda não tinham podido fazer o seu escoamento?!...

Sr. Presidente, poderei não saber me explicar bem, mas uma coisa eu sei: é que na Várzea do Porto existe lençol d'água.

Já vê v. ex. Sr. Presidente, que é o próprio engenheiro que diz que existe lençol d'água, porque ele em diversas localidades, abrindo poços com 4 metros de profundidade, encontrou sempre água.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): Efetivamente, concluindo que não existe lençol d'água, tirou uma conclusão oposta às suas premissas e é nisso que não concordo com ele.

Aceitei as premissas estabelecidas pelo mesmo, pois essas são verdadeiras, porque eu próprio lá observei as águas já (seja) no solo,

já em profundidades diferentes e, portanto, não posso concluir, com ele, na não existência de lençol d'água.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Tenha paciência, meu colega, v. ex. há de convir que esta conclusão está implícita no parecer do engenheiro.

O SR. PEDRO DRUMMOND: - Mas trata-se de um fato ao alcance de todos de qualquer; não é preciso ser médico, engenheiro ou geólogo: é qualquer indivíduo com a condição de ter olho e querer ver.

Sr. Presidente, o engenheiro diz que sondou o terreno em diversos lugares, em diversas alturas, e encontrou nessa sondagem água de nível variável, devida à infiltração, etc, etc, e conclui dizendo que não há lençol d'água!

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Sr. Presidente, eu às vezes duvido se sei ou não ler!

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Pois eu acabo de ler as palavras do engenheiro e v. ex. me contesta?! Sr. Presidente, continuo a apreciar os trechos do relatório. Diz o engenheiro adiante (lê – pág. 9):

"As condições do subsolo dispensam a drenagem, bastando aterrar escavos de mineração, regularizar o nivelamento do terreno e canalizar as águas nascentes e pluviais". É este o subsolo onde não existe lençol d'água! Eu creio que, para aproximar-se da drenagem muito pouco falta.

Em relação aos esgotos o engenheiro faz justiça à localidade: há com efeito um rio cujas águas são suficientes para a dissolução dos resíduos e detritos de uma cidade grande, sendo para lastimar-se que a Várzea não tenha maior altura, para dispensar o aterro e para dar à galeria dos esgotos o declive preciso.

Da análise química das águas, sr. Presidente, vê-se que o resíduo de matéria orgânica das águas limpas da Várzea é de Ogr. 00835, ao passo que a das águas do Acaba Mundo, que são as que atualmente servem à população do local, é de Org. 0044, as do

ribeirão do Cercadinho de Ogr. 0057 e as do ribeirão da Serra de Org., 009.

Estas três águas, sr. Presidente, são suficientes a uma população de 96.240 almas. Vê-se da dosagem que estas águas são mais puras que as denominadas "águas limpas da Várzea". Sendo a proporção, como descreve Girord, de 03,005, conclui-se o asserto que acabo de dizer.

Em relação à viação férrea, notei, sr. Presidente, uma grande superioridade em Belo Horizonte; vejamos o que declaram os engenheiros:

Quanto à Várzea do Marçal, diz o engenheiro (pág.21 – lê): "As comunicações de Várzea do Marçal por meio de vias férreas, com as outras regiões do Estado de Minas Gerais e do exterior, são tão completas quanto se pode desejar no início da viação férrea no Brasil."

Quanto a Belo Horizonte diz o engenheiro que fez o exame, (pág. 29 – lê):

"O único obstáculo que se pode apresentar contra a mudança da capital para Belo Horizonte é não estar ainda a localidade servida por uma via férrea que a ponha em comunicação imediata com todos os pontos do Estado de Minas e com os grandes centros e portos principais da República."

O mesmo engenheiro, sr. Presidente, conclui à pág. 30 de seu relatório:

"Por essa forma será Belo Horizonte um ponto forçado da grande artéria, que tem de ligar o norte com o sul da República e o ponto central das ramificações para todo litoral e para a República do Prata e do Pacífico; perfeitamente de acordo com o plano da viação geral e estadual fica assim evidente, como dissemos na primeira parte do relatório, que a mudança da capital para esta localidade oferece maior soma possível de vantagens, aos interesses agrícolas,

industriais e políticos do Estado de Minas, considerados em seu conjunto."

Bem podemos, sr. Presidente, a esses juízos, acrescentar o que diz o dr. Aarão Reis, em seu relatório, pág. 76:

"Se na atualidade a Várzea do Marçal representa melhor o centro de gravidade do Estado e acha-se já ligada por meios rápidos e fáceis de comunicação com todas as zonas, daqui há algumas dezenas de anos, Belo Horizonte melhor o representará, de certo, e mais diretamente ligada ficará a todos os pontos do vasto território mineiro".

Já vê o Congresso que em relação à viação férrea, que é uma das partes mais importantes para a qual devemos olhar, há superioridade na viação de Belo Horizonte sobre a Várzea.

A existência da atual estrada Oeste não constitui superioridade naquela localidade, em primeiro lugar porque essa estrada, mudada a Capital para a Várzea, não poderá continuar com a mesma bitola: ter-se-á de fazer nova estrada, ou pelo Estado encampando aquela, ou pela Companhia e, nesse caso, estará a capital do Estado subordinada à vontade de uma companhia...!

O único obstáculo, sr. Presidente, é a falta da ligação de Belo Horizonte com a estrada de ferro; é uma ligação sr. Presidente que está calculada em 15km200, que a 25:000$000, custará ao Estado 380:000$000, segundo o plano e orçamento feito pelo dr. Samuel.

Pode-se sr. Presidente, estabelecer paralelo entre esta despesa e a que o Estado terá de empregar para encampar a estrada do Oeste? Ou ainda o Estado preferirá ter a sua Capital servida por uma companhia particular e, portanto, dependente da vontade dessa, a ter de despender a insignificante quantia de 300 contos? ....

Sr. Presidente, faço justiça a este Congresso e termino o que tinha de dizer sobre a viação férrea com esta interrogação.

Tendo ligeiramente dito algumas palavras em relação ao relatório do engenheiro referente à Várzea do Marçal, vou agora

estabelecer o paralelo, apresentando o que diz o engenheiro em relação ao Belo Horizonte.

Em relação ao seu clima ficou bem claro o que disse o engenheiro.

O engenheiro que examinou o Belo Horizonte diz em seu relatório à pág. 13 (lê): "O solo é completamente seco pelo franco esgoto às águas pluviais, que lhe dá sua declividade, não se encontrando brejos, nem alagadiços em toda a bacia do Arrudas."

Em confronto, sr. Presidente, com o que o engenheiro da Várzea declarou em relação ao seu solo, não se pode pôr em dúvida a superioridade de Belo Horizonte.

Com efeito, o engenheiro da Várzea declarou em seu relatório (página3), que as águas encontradas ali eram devidas as filtrações pluviais, ao passo que o engenheiro do Belo Horizonte declara em seu relatório (pág.13), que o solo é completamente seco, etc.; e note, sr. Presidente, estes exames foram feitos nos mesmos meses.

Diz o engenheiro ainda em relação ao subsolo: (Lê) "que em Belo Horizonte em poços de 5 metros de profundidade não se encontrou água" (Pág. 14), notando-se que ainda acrescentou o engenheiro, que não aprofundou mais os poços por faltarem-lhe os meios de investigação (Pág. 14).

O subsolo (lendo) é enxuto, prescindindo de drenagem para garantia das condições higiênicas.

Já vê v. ex. sr. Presidente, que os próprios engenheiros estabelecem desigualdade entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte; aqui o subsolo é enxuto, prescindindo de drenagem ao passo que lá dá-se o contrário.

Em certos lugares de desbarrancados, provenientes das chuvas, de altura de dez metros, o engenheiro teve ocasião de observar toda a parede completamente seca.

Uma voz: - Belo Horizonte é um magnifico lugar.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Portanto, já se vê que em Belo Horizonte não há lençol de água, que existe na Várzea do Marçal.

Dizia ainda o engenheiro a página 15 (Lê): "Na esplanada da parte inferior" – note, sr. Presidente, que é na parte inferior – (continuando a ler), do Vale do Arrudas, abrimos vários poços com a profundidade de 5 metros e não encontramos água, donde concluímos que o lençol de água deve existir a mais de 5 metros de profundidade".

Vejamos agora, sr. Presidente, o que o engenheiro da Várzea disse a página 8 do seu relatório: Sondei o terreno em diversos lugares de altitudes diferentes" – note, sr. Presidente, que aqui os poços não foram abertos somente na parte inferior da Várzea, como se procedeu em Belo Horizonte, escolhendo-se a parte inferior do Vale do Arrudas – (continuando a ler) "abrindo poços até a profundidade de 4 metros".

Note, sr. Presidente, que em Belo Horizonte os poços foram de 5 metros (continuando a ler) "e as águas encontradas nessas sondagens" – note-se que em Belo Horizonte não se encontrou água – (continuando a ler), de nível variável..."

Sr. Presidente, é muito lato este modo do dizer; não será, felizmente, para mim, porque lá fui e tomei o nível: 0m,00, 0m,30, 0m,90, foi nestes níveis que encontrei a água ali (continuando a ler): "são como verifiquei, após demorada observação, efeitos de insignificantes infiltrações de águas pluviais na camada frouxa do solo"; note, sr. Presidente, "e que, argumentando com a continuação das chuvas, desaparece nos grandes intervalos."

Lembre-se, sr. Presidente, que eu já declarei ao Congresso que fui à Várzea em maio e que encontrei as águas em níveis, já também mencionados.

Desta dupla exposição, sr. Presidente, em terrenos análogos por sua natureza (veja páginas 8 do relatório da Várzea e 13 e 14 do de Belo Horizonte), notando-se ainda a identidade do tempo em que

foram tomadas as observações da conclusão tirada pelos engenheiros, eu fico perplexo!

O engenheiro de Belo Horizonte, diz sr. Presidente, que o lençol d'água deve estar abaixo de 5 metros, porque até esta altura não encontrou água; dá portanto, a possibilidade da sua existência.

O ilustre engenheiro da Várzea, estabelecendo os dados de sua observação declara que em poços de 4 metros encontrou água em nível variável, e conclui: "não existe lençol de água subterrâneo"! ...

Sr. Presidente, o engenheiro encarregado dos estudos em Belo Horizonte conclui à página 16 (Lê): "do que fica exposto, concluímos que o lençol de água subterrâneo, se existe, deverá achar-se a mais de 5 metros de profundidade.

E que atenta a constituição geológica do solo e subsolo, Belo Horizonte oferece sólidas garantias e condições, extremamente favoráveis para as fundações dos edifícios e abertura a seco das escavações necessárias para a rede dos encanamentos da água e galerias dos esgotos."

Chegamos a uma parte muito importante sr. Presidente: quero referir-me ao clima.

Diz o engenheiro que o clima é muito ameno, saudável, etc, e que, quanto a moléstias endêmicas, só se conhece o famoso bócio.

Diz o engenheiro em seu relatório, página 26; o número de indivíduos atacados é limitadíssimo, tendo apenas encontrado 8 durante os 3 ½ meses que estive em Belo Horizonte, isto é, três décimos por cento da população, que é de mil seiscentas almas, segundo a última estatística.

Entretanto, o meu ilustre colega, em seu relatório, páginas 27, dá 1%, como veremos, em relação ao cretinismo e em maior proporção em relação ao bócio! ...

Sr. Presidente, bem contra a minha vontade direi que o relatório do meu ilustre colega sr. Dr. Pires de Almeida, não é filho de sua observação, como devia ser, mas somente procede de informações.

O engenheiro sr. Dr. Samuel Gomes Pereira esteve em Belo Horizonte três meses e meio; lá estive na casa em que ele residiu, ao passo que o dr. Pires de Almeida chegou ao Belo Horizonte às 4 horas da tarde, jantou, montou seu aparelho à tarde no largo da Igreja; no dia seguinte deu umas voltas dentro do povoado, almoçou, retirou-se e nunca mais voltou.

O DR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senhor): -

Eis a verdade. O único fato que desde o governo provisório foi levantado contra Belo Horizonte foi o bócio e foi uma questão levantada somente para arredar a mudança da capital e creio que esta idéia do "bócio" partiu mesmo de Ouro Preto; se não me falha a memória, li este fato no "jornal de Minas".

Se o engenheiro dr. Samuel é homem sincero, como é geralmente considerado, porque não darmos valor a uma declaração sua, baseada na estatística que está ao alcance de todos?

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Peço ao ilustre senador que não me empreste sentimentos que não tenho.

A observação estatística está ao alcance de todos os indivíduos.

Assim, tanto um médico pode contar, em uma localidade qualquer, um certo números de papudos, como o engenheiro também pode fazê-lo e acrescentarei: este fato estatístico está ao alcance de qualquer carroceiro.

Acresce que a estatística do dr. Samuel merece muito mais valor do que a do dr. Pires de Almeida; aquela é própria, baseada em 105 dias de continuada observação, e esta, sem a base de observação própria, visto que o dr. Pires apenas esteve algumas horas em Belo

Horizonte, procede de informações que, como sabemos, não tem o cunho de uma estatística pessoal.

Sr. Presidente, incomodei-me com o boato de que no Belo Horizonte existia o bócio sob a forma endêmica e para lá me dirigi.

Percorri toda a localidade, tomei nota de todos os indivíduos de maior idade ali existentes, indivíduos de 50 até 85 anos, examinei seus filhos, netos, toda a descendência e não vi em nenhum o bócio; a glândula tireoide tinha suas dimensões naturais.

Em toda a minha excursão só encontrei quatro indivíduos com bócio e entre eles duas mulheres, que me pediam esmola.

Encontrei-me também com outras muitas pessoas, que nem ao menos manifestavam sintoma desse mal.

Ora, so o bócio fosse endêmico em uma população de 2 mil e tantas pessoas, compreende-se que essas pessoas não estariam isentas do bócio. (Apoiado do sr. Augusto Clementino).

Acresce, sr. Presidente, que todos nós sabemos perfeitamente que no Estado de Minas não há uma só localidade onde não exista um, dois, três e mais casos de bócio.

Eu apelo para os ilustres congressistas, que me digam se em suas localidades não existe um ou outro indivíduo com bócio?

É possível que algum possa responder: em minha terra nunca vi bócio; e eu creio, porque é bastante não se estar em observação para que ele possa passar despercebido.

Eu, depois que examinei esta questão, e que resolvi dar meu voto pelo Belo Horizonte, tratei de indagar se somente ali havia papudos, embora na pequena porcentagem por mim observada, e tenho verificado a sua existência em toda a parte.

Sr. Presidente, o clima de Barbacena, por exemplo, é o clima apontado como um dos melhores do Estado de Minas, ninguém pode

contestar; e no entanto, nestes poucos dias que aqui estou, já vi nove papudos na cidade.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - São quase todos da mesma cidade; tive o cuidado de indagar deles o seu nascimento, a sua residência, a de seus pais, e todos são filhos daqui mesmo, de Barbacena, com exceção de uma mulher, que nos disse ser filha de Ibertioga.

Ora, por ventura pode alguém, diante deste fato, acusar o clima de Barbacena ou suas águas de condutoras do "quid ignotum papogeno", que tão bem descreve o dr. Pires de Almeida? Absolutamente não.

Já vê v. ex. sr. Presidente que a acusação feita a Belo Horizonte quanto à existência do bócio, não procede em absoluto.

Se não procede o argumento em relação ao bócio, fica "ipso facto" destruído o da sua consequência, o cretinismo, até porque o próprio dr. Pires de Almeida em seu relatório dia que lá só encontrou um cretino.

Ora, pelo fato de haver numa localidade um cretino, pode-se afirmar que ali reina o cretinismo? (É uma deficiência mental, que impede o amadurecimento normal do cérebro).

Não entro na apreciação das condições higiênicas referidas pelo meu ilustre colega, membro da comissão em relação à Várzea do Marçal porque não trato aqui de combater essa localidade: trato apenas de justificar a minha emenda, tanto mais porque o higienista classifica a Várzea do Marçal depois de Belo Horizonte, sob o ponto de vista higiênico.

Para confirmar o que há pouco disse, sr. Presidente, vou ler um trecho do relatório do médico, (Lê):

"Lamentamos que uma localidade, tal como Belo Horizonte, que pela disposição de seu terreno, altitude média, clima temperado, abundância e qualidade (ilegível) das águas, facilidade de esgoto, uberdade do solo, por suas riquezas naturais, em suma, ouro, ferro,

cristais, mármores de variadas cores, etc, impondo-se a toda a evidência, encerre também em seu seio o agente produtor do bócio e, consequentemente, o cretinismo!"

Já vê v. ex. sr. Presidente que o distinto médico condena a localidade do Belo Horizonte, lamentando somente porque ela encerra em seu seio o bócio e sua consequência – o cretinismo. (Aparte).

Sr. Presidente, creio que ficou bem demonstrado que a causa dessa lamentação não existe em Belo Horizonte: em 1º lugar porque com a estatística provei o contrário do que foi dito pelo distinto higienista;

em 2º lugar porque ele não tem culpa direta, visto que baseou a sua estatística somente em informações; e tanto ele próprio está convicto, que classificou Belo Horizonte em 2º lugar, porque ele deveria supor ter de passar ao 1º lugar, visto que os engenheiros não concordaram pelas suas exposições na classificação de Barbacena em 1º lugar e, portanto, teria de ocupar o 1º lugar Belo Horizonte.

Ditas estas palavras julgo-me feliz por ter tido ocasião de ver uma boa descrição sobre o bócio, a qual eu antes denominarei um tratado, e neste ponto felicito o distinto higienista, que teve ocasião de prestar à classe médica um serviço, equivocando-se somente no fim, quando descreveu a hipertrofia do corpo tireoide.

Não fosse, sr. Presidente, a afecção desenvolvida em relação ao Belo Horizonte, onde ela não existe como pretende o meu ilustrado colega, e eu só teria louvores a apresentar ao autor de uma precisa e completa descrição.

O ilustre médico ainda classifica a Várzea do Marçal, em relação a Belo Horizonte, em 2º lugar, atento ao impaludismo. E justifica a infecção malárica pela existência dos alagados da Cachoeira de Ilhéus, Vale do rio das Mortes e ao lençol de água subterrâneo.

O SR. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - Ele põe um interrogação que suponho ter substituído por uma afirmação.

Sr. Presidente, deste ligeiro confronto, muito mal feito (não apoiado) entre a Várzea do Marçal e o Belo Horizonte, desejo apenas que o Congresso conclua que o meu estudo e exposição foi todo imparcial, pois como já disse, só poderia dar meu voto pela Várzea do Marçal em vez de Belo Horizonte, se fosse atender as outras considerações que não o dever de congressista e sobretudo o de médico.

Portanto, sr. Presidente, eu espero que o Congresso veja neste confronto o desejo que tenho de justificar a emenda que vou submeter à sua apreciação e ao mesmo tempo para que fique desde já justificado o voto que tenho de dar nesta magna questão.

EMENDA AO PROJETO INICIAL, APRESENTADO PELO SENADOR ESTADUAL DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND.

EMENDA AO PROJETO N.1. N.2. AO ART. 1º:

Em vez de – Várzea do Marçal – diga-se – Belo Horizonte.

Sala das sessões, 5 de dezembro de 1893.

O sr. PEDRO DRUMMOND (José Pedro Drummond – senador): - É chegado o momento solene em que vamos ser juízes em uma magna questão. É chegado o momento em que vamos pronunciar o sim ou o não e talvez pudesse dizer, sr. Presidente, a vida ou a morte do Estado.

Sr. Presidente, a questão felizmente acha-se entre duas localidades, que, já pelos estudos da comissão, já por nossa observação direta, estão perfeitamente conhecidas pelo Congresso.

À visto disto, sr. Presidente, não querendo tomar tempo ao Congresso, até porque estou de perfeito acordo com o nobre senador Gama Cerqueira, que acaba de me honrar como o seu aparte, vou concluir dizendo:

neste momento pende sob o Congresso a grave interrogação: a capital do Estado de Minas será mudada para Belo Horizonte ou para a Várzea do Marçal?' Vamos, meus ilustrados colegas, responder a essa inevitável pergunta e a Deus peço que nos ilumine!

Envio à mesa a emenda, que já tive ocasião de formular, na segunda discussão do presente projeto. (Muito bem).

É apoiada e entra conjuntamente em discussão a seguinte EMENDA:

Sobre o local designado para sede da nova capital de Minas. Ao art. 1º, em vez de – Várzea do Marçal – diga-se – Belo Horizonte.

RESULTADO FINAL.

Eram necessárias três votações, nas duas primeiras o Congresso, por ampla maioria, escolheu Várzea do Marçal, povoado existente na região de São João Del Rei e Tiradentes.

Dr. José Pedro Drummond, após visitar pessoalmente Várzea do Marçal e Belo Horizonte, fez uma brilhante defesa de Belo Horizonte, demonstrando ainda algumas desvantagens caso persistisse a escolha em Várzea do Marçal.

Propôs então, uma emenda para que a futura capital, em lugar de Várzea do Marçal, fosse em Belo Horizonte (Distrito de Sabará, já com o nome de Belo Horizonte e não mais o de Curral Del Rey).

Ocorrida a 3ª e última votação, Belo Horizonte foi escolhida por 30 votos contra 28, favoráveis a Várzea do Marçal.

UM POUCO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ALFREDO CAMARATE.

Alfredo Camarate em 1894, escreveu diversas crônicas no jornal "Minas Gerais", contando os costumes e o dia a dia do povo de Belo Horizonte no período em que se estava construindo a nova Capital do Estado, em terreno que antes pertencia ao município de SABARÁ.

Alfredo Camarate nasceu em Lisboa em 1840. Conheceu diversos países até aportar no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro, por volta de 1862 e ali viveu por 21 anos.

Em uma de suas crônicas escrita em 1894, ele declara estar "na casa dos cinquenta anos", o que, sendo verdadeira a sua afirmação, teria nascido em 1844.

Por volta de 1882 passou a residir em Ouro Preto, até que, em face da construção da nova Capital, transferiu-se para Belo Horizonte por volta de 1893.

Em 27 de janeiro de 1904, aos 64 anos, faleceu ns cidade de São Paulo. (Ou 60 anos na outra versão).

Ele foi jornalista, músico e engenheiro-arquiteto. Estudou na Inglaterra, na França e teve educação ministrada por padres Irlandeses, segundo ele mesmo conta em uma de suas crônicas.

Foi um dos engenheiros construtores da famosa e histórica estação ferroviária de General Carneiro que, antes de ser demolida, pertencia ao município de Sabará.

A série de crônicas, que publicou no ano de 1894, se intitulou "POR MONTE E VALES", em que utilizou-se do pseudômino de Alfredo Riancho, em homenagem ao sobrenome de seu pai, crônicas estas que se eternizaram em face de seus conteúdos históricos.

Na presente obra, as transcrevo na íntegra, em ortografia original, através de uma revisão feita, em 1985, por uma equipe da Imprensa Oficial de Minas Gerais, e editadas pelo mesmo órgão.

Como já escrevi dois livros sobre a história antiga de Sabará, cidade na qual fui criado e me tornei cidadão honorário, toda as vezes

que a Sabará é citado na obra do Alfredo Camarate (assim como na de Abílio Barreto), o faço em letra garrafal.

Porém, faço uma pequena ressalva, que em nada arranha a excelência da obra que Alfredo Camarate legou para as gerações futuras.

Ele demonstrou total desconhecimento da origem do distrito de Curral Del Rei, que, antes de se tornar oficialmente a nova capital, já se chamava Belo Horizonte, a pedido do povo de Sabará.

Assim é que em determinado trecho de uma de suas crônicas, escrita em 23 de maio de 1894 (Pág. 97), ele afirma:

"Mas, que demônio! Antes de Belo Horizonte ser escolhido para servir de alicerce, para a nova capital do Estado de Minas, já era uma localidade sujeita à administração e jurisdição do Brasil; ..."

Aliás, início a presente obra, transcrevendo um artigo de minha autoria, em que narro a ordem cronológica, iniciada em 1890, com a mudança da nome de Curral Del Rei para Belo Horizonte, até 1901, quando a nova capital deixou de denominar-se "Cidade de Minas" para retornar ao nome original de Belo Horizonte.

Nele está escrito:

"Em 12 de abril de 1890, antes de oficializada a mudança da capital, Curral Del Rei, pelo Decreto nº 36, da mesma data, já passou a denominar-se Belo Horizonte, como se depreende da leitura do referido decreto, assinado por João Pinheiro da Silva, a seguir:

"O doutor Governador do Estado de Minas Gerais resolve determinar que a freguesia do Curral D'El Rei, município de Sabará, passe a denominar-se de ora em diante, Belo Horizonte, conforme foi requerido pelos habitantes da mesma freguesia..."

Em 1893, quando ainda residia em Ouro Preto, antiga capital da Província (após a proclamação da República em 1889, a capital do Estado), ele dava aula particular de piano e música. O jornal "Minas Geraes", na mesma edição do dia 22/07/1893, em páginas distintas,

publicou a seguinte reportagem sobre Alfredo Camarate, em ortografia original:

"ALFREDO CAMARATE

Temos hoje o prazer de transcrever para as colunas desta folha, um artigo que encontramos na Gazeta Musical, apreciada revista fluminense, relativo ao sr. Alfredo Camarate, nosso ilustre colaborador.

Nesse escripto singelo, mas cheio de sinceridade, vem exarados conceitos que confirmam a estima de que gosa o sr. Camarate entre os literatos fluminenses e artistas fluminenses, apreciadores de seu merecimento real e incansável operosidade.

A Gazeta, lamentando a ausencia de tão apreciado companheiro de luctas, faz votos para ve-lo de novo militando na imprensa fluminense e "cheia de orgulho abre suas páginas ao estylo fluente da prosa do sr. Alfredo Camarate."

O artigo, publicado na mesma edição, acima citada, foi o seguinte, em ortografia original:

"ALFREDO CAMARATE

O nome que epigrafa estas linhas é o de um bom camarada, cuja ausência hoje saudosamente lamentamos.

É um trabalhador de menos ao nosso lado. Não desertou do seu posto que ele sempre honrou com a sinceridade de sua penna; mas as difficuldades da vida forçaram-no a ir procurar algures uma colocação, onde fossem mais bem aproveitadas suas aptidões, onde seu trabalho encontrasse uma compensação vantajosa.

Alfredo Camarate veiu muito cedo e há muitos annos para o Brasil; aqui, no Rio de Janeiro, engajou-se primeiramente às lides do comércio; mas esse terreno era muito estéril para o seu espírito preocupado com cousas de arte.

As graves agitações do Deve e Haver, as partidas dobradas do Diário e o exame dos títulos do...não conseguia absorvê-lo; e, um belo dia ei-lo no Jornal do Commércio a educar o indígena com as suas críticas artísticas.

Não há contestar: Alfredo Camarate foi o primeiro jornalista que no Rio de Janeiro iniciou a crítica artística, principalmente a crítica musical, e os seus brilhantes artigos honraram por muito tempo as colunas do Jornal do Commércio, onde elles, felizmente, ficaram registrados para gloria desse brasileiro adotivo.

Mudando de proprietário o velho organ, Alfredo Camarate não encontrou mais o apoio que lhe davam naquela folha, e um belo dia em que melindrou-se, mandou sua demissão.

Começou então para o nosso colega uma verdadeira peregrinação pela imprensa e o seu talento deixou vestígios na Gazeta de Notícias, no Jornal do Brasil, no Industrial e em muitos outros jornaes.

Infelizmente, porém, esta Capital Federal ainda não é o que muita gente pensa, e um jornalista que se ocupa de cousas de arte não encontra trabalho remunerador que baste para prover a subsistencia de uma família decente.

Além disso, Alfredo Camarate nunca preocupou ter eleitores por meio de escandalos; nunca fez da imprensa pelourinho de reputações; nunca embebeu sua penna na baba da inveja ou no fel da calunnia e, finalmente, nunca procurou obter collocações para que não estivesse habilitado, ameaçando com a difamação, no jornal em que escrevia; prevalecendo-se da circulação deste.

Nada disto, Alfredo Camarate teve sempre a comprehensão nítida e elevada do papel da imprensa, da sua responsabilidade, e nunca transigiu com a sua probidade de jornalista.

Nestas condições, comprehende-se que ele não podia, com os seus belos artigos, influir no balcão do jornal em que escrevesse, e por isso mesmo era julgado um redactor de luxo, nesta terra de

mercantilismo e de charlatões, onde o merecimento tem fatalmente de ceder o logar aos parvenus, aos sabios improvisados de um dia para outro, que monopolizam todos os conhecimentos e lançam aos outros o labéo de ignorantes.

Perdôe-nos o nosso colega entrarmos sem cerimônia pela sua vida a dentro, e dissermos aos nossos leitores algumas verdades, que sua delicada susceptibilidade quereria talvez calar.

Alfredo Camarate é casado com uma senhora distinctísima e tem uma filha – mimosa existencia eflorescente – a quem elle dá esmeradíssima educação moral e intelectual; é um homem de elevada intelectualidade; habituado a certas e imprescindíveis condições de conforto, e convive em um meio digno dele.

Pois bem! Para levar por diante sua vida, Alfredo Camarate viu-se reduzido ultimamente à mensalidade de duzentos mil réis; isto é, ganhava apenas o necessario para...morrer de fome!

Homem forte, energico, affrontando com todo desassombro a adversidade, elle reconheceu que não poderia continuar a residir nesta aldeia grande, e foi arraiar-se em Ouro Preto, onde a sua actividade tem sido aproveitada e vantajosamente remunerada.

Mesmo depois que ele foi para Minas, não tem deixado de sofrer aqui. Em um dos jornaes desta cidade, naquele mesmo onde elle mais prodigalisou o seu talento, dignificando sua profissão, procuraram deprimi-lo.

A tentativa, porém, foi ridícula e mesquinha, e em logar de atingi-lo, cahiu por terra, revelando o denunciando a ignorancia crassa, a inepcia de quem a forjou.

Esse jornal, accusando o recebimento da Segunda Mazurcha Melodica de Camarate, disse:

"É uma composição que tem modulações em muitos tons diferentes, o que a torna de difícil compreensão."

Há uma única habilidade nesta notícia: a de dizer muitas asneiras em poucas palavras; apesar d'isso, ella ha de doer muito a Alfredo Camarate, a quem lembraremos, para que se console, o velho leão da fabula.

Alfredo Camarate sabe tambem que há no Rio de Janeiro corações que sentem profundamente a injustiça que o feriu na indiferença com que o deixaram partir; sabe mais que si a imprensa vive ainda pelo balcão, os que se nutrem desses proventos, empregando para isso os meios mais inconfessáveis, nunca mereceram a estima e o respeito dos artistas sinceros, dos que vêm um pouco neste paiz de cegos e dos que sabem fazer justiça ao mérito e desprezar a inepcia petulante.

A Gazeta Mercantil cheia de orgulho abre as suas páginas ao estylo fluente da prosa de Alfredo Camarate e espera ve-lo ainda revigorado e retemperado pelo saluberrimo clima de Ouro Preto, militando na imprensa fluminense, ao nosso lado. Da Gazeta Musical, do Rio de Janeiro."

DESPEDINDO-SE DE OURO PRETO.

Publicou o jornal "Minas Gerais", em sua edição do dia 27 de abril de 1893:

"Do sr. Alfredo Camarate, distincto representante da Gazeta de Notícias, recebemos a seguinte carta de despedida, que publicamos com prazer por conter lisonjeiros conceitos relativos ao generoso povo mineiro e particularmente ao Ouro pretano:

Amigo e collega – Durante os poucos dias que nos foi dado de morar em Ouro Preto, tanto eu como o dr. Coelho Netto, andamos tão absortos na contemplação desta Capital, mais notável ainda do que pelas suas recordações historicas, por esse senso prático, por esse cunho de individualidade dos seus habitantes e que formam como que um contraste-exemplo, para todos os demais Estados do Brasil, que tivemos que sacrificar involuntariamente alguns deveres de rigorosa cortesia.

O povo mineiro abre porém os seus braços e as suas portas com tal franqueza e hospitalidade às suas visitas que estas sentem desde logo a desafogada sem cerimônia de quem vive entre parentes.

A nossa falta portanto resulta em grande parte das patriarchaes virtudes dos Ouro pretanos.

Despedindo-nos delles levámos gravados indelevelmente na memória a majestade esmagadora das alcantiladas paisagens de Minas e a ilustração e affabilidade do povo de Ouro Preto.

Diga-lhe o meu amigo e collega que melhor do que nós o poderá dizer. Amigo reconhecidíssimo, Alfredo Camarate."

JÁ RESIDINDO EM BELO HORIZONTE. Em 10 de junho de 1894, o jornal "O Contemporaneo", de Sabará, publicou:

"Transcrevendo hoje do Minas Geraes um dos importantes e apreciáveis artigos com que Alfredo Riancho ou antes Alfredo Camarate, tem mimoseado os leitores do organ oficial, prestamos uma homenagem devida ao distinto e operoso escriptor e damos notícia do bello monumento – a estação da estrada de ferro prestes a construir-se em Bello Horizonte.

Como já tivemos ocasião de noticiar, Alfredo Camarate acha-se nesta localidade, onde tem encontrado d'aprés nature, assumptos, para seus belos escriptos sempre apreciados pela variedade de conhecimentos que ostentam e pela verve espontânea, toda peculiar ao distincto escriptor. Isto é suficiente para chamar a attenção dos leitores!

NOTAS BIOGRÁFICAS DE ABÍLIO BARRETO.

ABÍLIO VELHO BARRETO, nasceu em Diamantina, em 22 de outubro de 1883 e faleceu em Belo Horizonte, em 17 de julho de 1959.

Era escritor, acadêmico, historiador e jornalista.

Fez estudos primários em Santa Bárbara e Rio Manso, Minas Gerais e secundário em Belo Horizonte.

Barreto exerceu diversas atividades em órgãos estatais, incluindo o Arquivo Público Mineiro, além da Prefeitura de Belo Horizonte, tendo dirigido o Museu Histórico de Belo Horizonte, que hoje tem o seu nome.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e da Academia Mineira de Letras.

Entre outras atividades, participou também de diversos jornais e órgãos literários.

Foi redator do Grêmio Literário Júlio Ribeiro, sabarense famoso em todo o país até os dias de hoje. Ribeiro, embora tenha falecido no final do século 19, teve uma vida atribulada, contada em meu livro "Sabará: Fragmentos de sua história no período imperial" – 2ª edição ampliada.

Entre as inúmeras obras literárias de Abílio Barreto, destaco "Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701 – 1947), editado pela Imprensa Oficial de Belo Horizonte, em 1950.

É desta obra que extraio a parte na qual narra a origem do povoado de Curral Del Rei, até a sua conversão na nova capital.

NOTAS DA VIDA DO DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND.

Nasceu em São Domingos do Prata em 24 de fevereiro de 1855 e faleceu em Belo Horizonte, em 20 de novembro de 1923.

Era filho de Antônio Manuel Freitas Drummond e de Maria Clara Freitas Drummond.

Foi médico, advogado, industrial, professor das faculdades de Direito e de Odontologia, ambas de Belo Horizonte, Presidente da Associação Comercial de Minas, senador estadual de 1891 até 1918

e um dos articuladores, junto com outros notáveis da época, para a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

FATO INTERESSANTE NA DOAÇÃO DA SEDE DO IHGMG.

Quem assinou a lei foi Bonifácio de Andrada, então Presidente da Assembleia Legislativa e não o governador Israel Pinheiro, que havia tomado posse em janeiro de 1966. Bonifácio de Andrada foi o autor do projeto de lei.

É o governador quem sanciona ou veta os projetos de leis oriundos e aprovados pela ALMG. Na hipótese, o governador no exercício em 1964, a vetou totalmente, em 04.07.1964.

A Assembleia legislativa de Minas Gerais derrubou o veto em 29.01.1966, razão pela qual a lei foi promulgada em 07.02.1966, por Bonifácio de Andrada, então presidente da ALMG. (Ele foi meu professor na Faculdade Mineira de Direito).

Essa é a razão pela qual Israel Pinheiro, governador desde 01.01.1966, não sancionou a lei.

No ano seguinte, 1967, o governador assinou a escritura de doação, cumprindo o que a lei autorizou. O interessante é que a lei não cria nenhuma restrição quanto a doação. Por exemplo, não faz menção ao instituto do comodato.

Trecho do discurso do falecido membro do IHGMG, Dermeval José Pimenta, transcrito na revista XIV do IHGMG, pág. 24:

"Em 1967, o Instituto pode receber a escritura da doação da área construída, de 500 metros quadrados, lavrada no Cartório do 6º Ofício de Notas, da qual éramos tabelião interino.

Tivemos, assim, a honra de por nossa assinatura, à do Governador Israel Pinheiro, representante do Estado, e a de COPERNICO PINTO COELHO, representante deste Instituto."

LEI nº 4.082, de 07/02/1966 Texto Original.

Autoriza a doação ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais de unidade autônoma localizada no Conjunto "Governador Kubitschek"

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou a seguinte Lei

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais uma das unidades autônomas de sua propriedade, localizada no Bloco B do Conjunto "Governador Kubitschek", sito à praça Raul Soares, nesta Capital.

Parágrafo único - A unidade autônoma referida no artigo deverá ter aproximadamente 500 (quinhentos metros quadrados de área construída, útil e comum. E a doação compreenderá também a respectiva fração ideal.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 7 de fevereiro de 1966.

O Presidente: Bonifácio de Andrada

O 1º Secretário: João Navarro

O 2º Secretário: Reny Rabello

SUMÁRIO.

AS DUAS PRIMEIRAS CAPITAIS – 03.

LOCAIS SUGERIDOS PARA SEREM A NOVA CAPITAL, DE 1720 A 1889 – 04.

A HISTÓRIA DA MUDANÇA DEFINITIVA – 04.

CURRAL DEL REI, NOMES SUGERIDOS PARA TROCÁ-LO – 05.

JOÃO PINHEIRO ESCOLHE OUTRO NOME – 05.

A COMISSÃO DE TÉCNICOS PARA DAR PARECERES SOBRE OS LOCAIS ESCOLOHIDOS PARA SEREM A NOVA CAPITAL, FOI COMPOSTA DOS SEGUINTES PROISSIONAIS – 07.

O RELATÓRIO DA COMISSÃO – 07.

RESTRIÇÃO A BELO HORIZONTE – 08.

RESTRIÇÃO A OURO PRETO – 08.

RESTRIÇÃO A JUIZ DE FORA E PARAÚNA – 09.

RESTRIÇÃO A VÁRZEA DO MARÇAL E BELO HORIZONTE – 09.

PRONUNCIAMENTOS A FAVOR DE BARBACENA, VÁRZEA DO MARÇAL, OURO PRETO E JUIZ DE FORA - 09.

PRONUNCIAMENTO DO SENADOR JOSÉ PEDRO XAVIERVEIGA EM DEFESA DE OURO PRETO – 10 – 11.

ARTIGO FAVORÁVEL A BELO HORIZONTE – 11.

ARTIGO A FAVOR DE VÁRZEA DO MARÇAL E CONTRA BELO HORIZONTE – ATUAÇÃO DO DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND. 12.

PRONUNCIAMENTO A FAVOR DE JUIZ DE FORA – 14.

SINTESE DO QUE O CONGRESSO MINEIRO REUNIDO EM BABACENA DECIDIU – 14.

O DEBATE PRELIMINAR – 15.

OS PRIMEIROS PLANEJAMENTOS – 16.

DESAPROPRIÇOES – 19 e 59.

BELO HORIZONTE DESLIGA DO TERRITÓRIO DE SABARÁ – 20.

CIDADE DE MINAS – 20.

NOME DEFINITIVO – 20.

CONGRESSISTAS MINEIROS QUE VOTARAM A FAVOR DE BELO HORIZONTE – 21.

PARTE DO QUE JÁ ESTAVA SENDO CONSTRUIDO NA PRAÇA DA LIBERDADE – 1894 – 22.

A NOVA CAPITAL FOI A PRIMEIRA CIDADE PLANEJADA NO PAÍS – 22.

TERIA BORBA GATO DADO ORIGEM A CURRAL DEL REI, HOJE BELO HORIZONTE? – 25.

A ORIGEM DE BELO HORIZONTE, SEGUNDO ABÍLIO BARRETO – 27.

A CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BELO HORIZONTE – DESCRIÇÃO DE ALFREDO CAMARATE EM 27.05.1894 – 27 e 30.

HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE GENERAL CARNEIRO – 31.

VISITA DE AUTORIDADES A ESTAÇÃO EM 1894 – 35.

INAUGURAÇÃO DA ESTAÇÃO DE GENERAL CARNEIRO – 36.

ALFREDO CAMARATE VIAJANDO A CAVALO DE SABARÁ ATÉ CURRAL DEL REI – MARÇO DE 1894 – 36.

INAUGURAÇÃO DE MUSEU EM BELO HORIZONTE – 38.

JORNAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE COMENTANDO O LIVRO DE ABÍLIO BARRETO – 38.

JORNAL DE LEOPOLDINA NOTICIANDO SOBRE A MUDANÇA DA CAPITAL – 38.

ARTIGO PUBLICADO POR CIRO DOS ANJOS NO JORNAL CORREIO PAULISTANO, EDIÇÃO DE 05/11/1957, APRESENTANDO A SUA VERSÃO SOBRE A MUDANÇA DA CAPITAL – 39.

A ORIGEM DE CURRAL DEL REI E A SUA CONVERSÃO NA NOVA CAPITAL, SEGUNDO REPORTAGEM DO JORNAL "CORREIO PAULISTANO" – 43.

TRIBUNAL DA RELAÇÃO – ATUAL TRIBUNAL DE JUSTIÇA – 44.

HOTEL CLARK – SABARÁ – 1894 – 44.

RAMAL FÉRREO. BELO HORIZONTE – 44.

RAMAL DA CENTRAL DO BRASIL ATÉ A FUTURA CAPITAL, CASO BELO HORIZONTE VENHA A SER ESCOLHIDA – 45.

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA SER ESCOLHIDA A NOVA CAPITAL DE MINAS – 45.

MUDANÇA DA CAPITAL – UM DOS LOCAIS INDICADOS - 47.

FÁBRICA DE FERRO DE BELO HORIZONTE – 1894 – 49.

CALÇAMENTO DAS RUAS E AVENIDAS DA NOVA CAPITAL – MATERIAL EMPREGADO – 1896 – 49.

A NOVA CAPITAL FOI A PRIMEIRA CIDADE PLANEJADA NO PAÍS – 1896 – 50.

AS ALUNAS DA ESCOLA NORMAL – 1894 – 53.

AS CASAS E RUAS DE BELO HORIZONTE, EM ABRIIL DE 1894 – 53.

A RELIGIOSIDADE DO POVO BELO HORIZONTINO EM 03.1894 – 54.

A IGREJA DA BOA VIAGEM DESCRITA, EM MARÇO DE 1893 – 56.

O VELHO MINEIRO, POR VOLTA DE 1894, QUANDO DA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL 58.

AS DESAPROPRIAÇOES DOS IMÓVEIS PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL, EM JUNHO DE 1894. O IMPOSTO PREDIAL – 59 e 19.

O JORNALISTA NO BRASIL, EM MAIO DE 1894, NA OPINIÃO DE ALFREDO CAMARATE – 61.

A MONOTONIA DOS DIAS E NOITES EM OURO PRETO, ESCRITA EM MAIO DE 1894, POR ALFREDO CAMARATE – 62.

SABARÁ POR VOLTA DE 1894 NA VISÃO DE ALFREDO CAMARATE – VIAGEM DE TREM DO RIO DE JANEIRO ATÉ SABARÁ E A CAVALO DE SABARÁ A CURRAL DEL REI - 62.

PRONUNCIAMENTO DO SENADOR ESTADUAL, NATURAL DE SÃO DOMINGOS DO PRATA, DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND, QUE FOI DECISIVO PARA BELO HORIZONTE SER ESCOLHIDA A NOVA CAPITAL DE MINAS NA TERCEIRA E ÚLTIMA VOTAÇAO – 64.

UM POUCO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE ALFREDO CAMARATE – 90.

NOTAS BIOGRÁFICAS DE ABÍLIO BARRETO – 97.

NOTAS DA VIDA DO DR. JOSÉ PEDRO DRUMMOND – 98.

HISTÓRIA DA SEDE DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS (IHGMG/0 – 99.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.

BARRETO – Abílio – “Memória histórica e descritiva”.

CAMARATE – Alfredo – “Por montes e vales”.

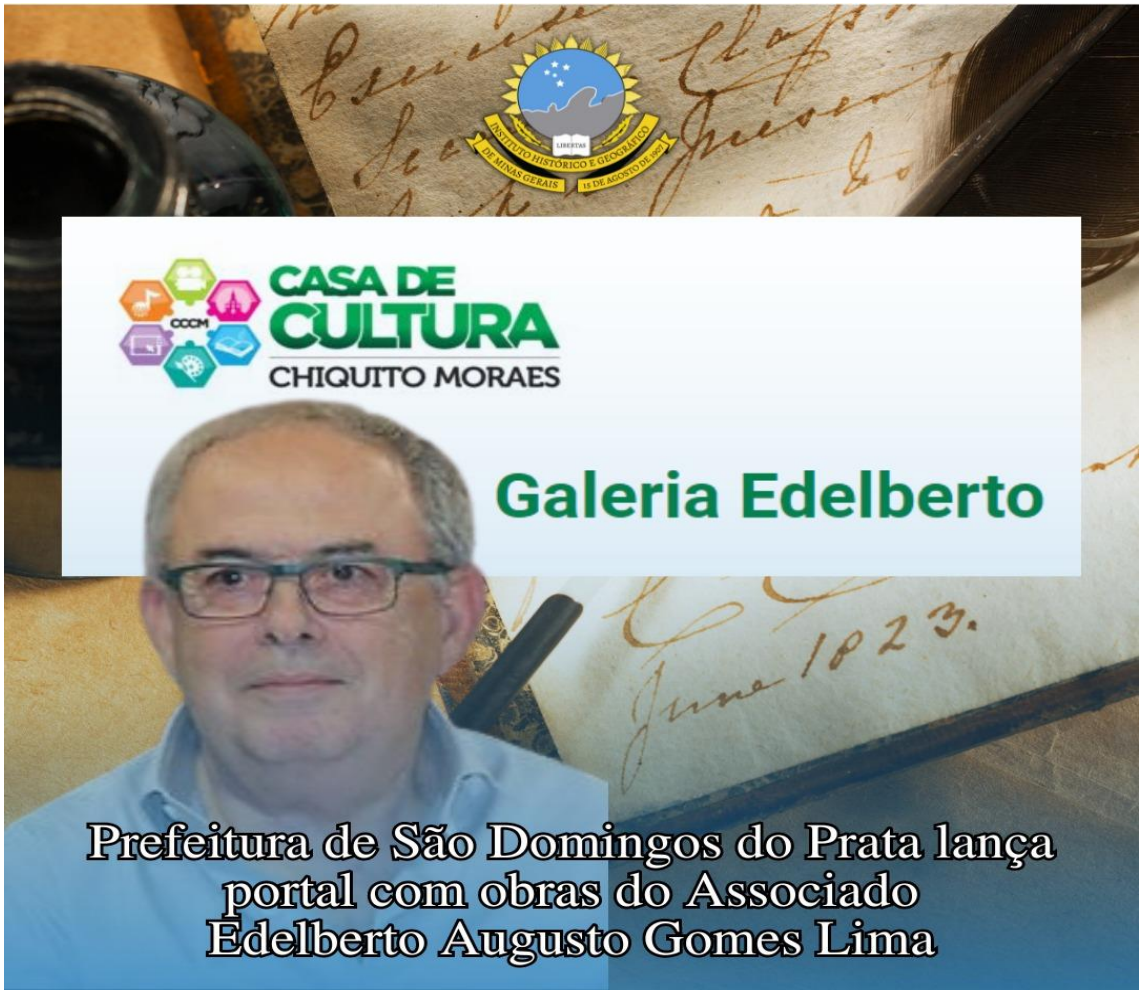
LELLIS - CARLINDO – “Augusto de Lima – Sua vida e sua obra”.

LIMA – Edelberto Augusto Gomes: “Curral Del Rei (Sabará) sua origem até se transformar na nova capital de Minas Gerais.” Edição própria.

LIMA – Edelberto Augusto Gomes: “1893 – Sessões do Congresso Mineiro para a escolha da nova capital de Minas Gerais”. Edição própria.

LIMA – Edelberto Augusto Gomes – “Fragmentos da história de Minas Gerais”. Edição própria.

REVISTAS DO IHGMG.



MAIORIA DOS MEUS LIVROS ESTÁ NO GOOGLE NA GALERIA EDELBERTO.

(A foto da capa foi extraída da internet e sem autoria.)

FIM